

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00037/2026 Processo Administrativo nº 23079.215693/2020-87

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 33.663.683/0062-38, por meio do(a) Fórum de Ciência e Cultura, sediado(a) PASTEUR, 250, SALA 209, bairro PRAIA VERMELHA, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 22290000, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 04/05/2026

Hora Inicial : 10:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviço de engenharia de reforma da cobertura (telhado) do edificio anexo da Casa da Ciência – UFRJ, localizado na Rua Lauro Müller, nº 3, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do

projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando

do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
item.

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1	Unitário

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 100,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado

e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado no e-mail: priscilla@casadaciencia.ufrj.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico sei.ufrrj.br/pesquisa

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail pregao@forum.ufrj.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico sei.ufrj.br/pesquisa


13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

- 13.11.2. ANEXO II - Termo de Contrato
- 13.11.3. ANEXO III - Modelo demonstrativo de cálculo de BDI
- 13.11.4. ANEXO IV - Modelo de cronograma de execução
- 13.11.5. ANEXO V - Mapa de Riscos
- 13.11.6. ANEXO VI - Modelo de IMR
- 13.11.7. ANEXO VII - Plantas
- 13.11.8. ANEXO VIII - Especificações Gerais
- 13.11.9. ANEXO IX - Termo de Vistoria
- 13.11.10. ANEXO X - Termo de Concordância
- 13.11.11. ANEXO XI - Modelos de Orçamentos Analítico e Sintético

Rio de Janeiro , 9 de abril de 2026

Documento assinado digitalmente
 **ARTHUR BOTELHO DE ANDRADE**
Data: 09/04/2026 14:35:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: NOV/2025
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Código de Identificação Ger@AGU: c310121775756479804

FORUM DE CIENCIA E CULTURA DA UFRJ

Termo de Referência 124/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
124/2025	153161-FORUM DE CIENCIA E CULTURA DA UFRJ	LARISSA BARUQUE PEREIRA	25/11/2025 10:04 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23079.215693/2020-87

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23079.215693/2020-87)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço de engenharia de reforma da cobertura (telhado) do edifício anexo da Casa da Ciência – UFRJ, localizado na Rua Lauro Müller, nº 3, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Projeto Básico de Arquitetura e Caderno de Especificações Gerais;

Anexo III – Planilha Estimativa Orçamentária Sintética;

Anexo IV – Planilha de Relação das Composições de Custo dos Serviços;

Anexo V – Cronograma de Execução e Desembolso;

Anexo VI – Demonstrativos de composição do BDI e BDI Diferenciado;

Anexo VII – Demonstrativo dos Encargos Sociais sobre a mão de obra;

Anexo VIII – Modelos de Planilha Orçamentária Sintética, Planilha de Relação das Composições de Custos dos Serviços, Cronograma de Execução e Desembolso e Demonstrativos de BDI, para serem preenchidos pelos licitantes;

Anexo IX – Modelo de Termo de Vistoria, para ser preenchido pelas licitantes;

Anexo X – Modelo de Termo de Ciência e Concordância, para ser preenchido pelas licitantes;

Anexo XI – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

Anexo XII – Matriz de Alocação de Riscos.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), uma vez que a técnica de execução do serviço – reforma de telhado cerâmico com estrutura em madeira – é amplamente dominada pelas empresas de execução de serviços de engenharia civil, as especificações de material e execução são padrões do mercado construtivo e não há complexidade do objeto.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo. 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Prazo de vigência

1.4. Prazo de vigência 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos documentos anexos deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 01/04/2024

III) Id do item no PCA: 404;

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO;

V) Identificador da Futura Contratação: 153161-13/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos para a contratação de empresa de construção civil para a execução de reforma da cobertura, foram estabelecidos em projeto para essa finalidade, obedecendo as normas pertinentes, exigências fundamentadas na boa técnica, visando procedimentos administrativos adequados ao objeto a ser contratado.

4.1.1. Trata-se de um contrato não continuado, que gerará um valor mensal a ser pago, conforme cronograma físico financeiro e planejamento para execução do objeto, com fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva, para obtenção de um objeto específico, conforme mencionado no parágrafo anterior.

4.1.2. O prazo estimado para esse contrato é de 180 (duzentos e quarenta) dias, contando: 30 (trinta) dias para mobilização e procedimentos administrativos, 120 (cento e vinte) dias para execução do objeto propriamente dito, 30 (trinta) dias para aceite provisório e definitivo.

4.1.3. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessárias transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato.

4.1.4. Dentre os critérios de qualificação técnico-operacional a serem atendidos, a licitante deverá apresentar documentos que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação em dimensão e finalidade, na porcentagem de 50% do objeto em tela.

Sustentabilidade

4.25. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 No que couber, a Contratada deve se comprometer a seguir o plano de logística sustentável da UFRJ (<https://ufrj.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>) e a atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010;

4.2.2 A Contratada deverá arcar com todos os custos para a retirada total do entulho e resíduos decorrente da execução dos serviços para fora do local da execução e o seu respectivo PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), conforme orientação da Fiscalização, destinando-o para local autorizado pela FEEMA, em observância à Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.4.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

- 4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 4.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 4.10.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.15.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 4.15.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.16.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
 - 4.16.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.17.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
 - 4.17.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
 - 4.17.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.
- 4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- Vistoria**
- 4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 14 horas.
- 4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23.1 O agendamento deve ser efetuado com antecedência mínima de 1 dia útil, por meio de correio eletrônico etu@etu.ufrj.br. O licitante deverá informar: nome da empresa, nome do contrato, objeto da vistoria e telefone para retorno;

4.23.2 Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, antes da data fixada para a sessão pública;

4.23.3 A vistoria será acompanhada por representante da UFRJ, designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória de que efetuou a vistoria. A declaração deverá ser previamente elaborada pela licitante em conformidade com o modelo anexo do termo de vistoria.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, bem como o cronograma de realização dos serviços, estão estabelecidas nos anexos deste Termo.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: conforme Cronograma em anexo.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Lauro Müller, nº 3, Botafogo, Rio de Janeiro

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: via de regra, das 08 horas às 17 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nas planilhas orçamentárias e demais anexos deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Reforma do telhado em telhas cerâmicas do tipo francesa sobre estruturas em madeira;

5.5.2. A demanda consiste em garantir a estanqueidade do sistema de cobertura da edificação em anexo da Casa da Ciência, que ao longo dos anos tem ocorrido vazamentos e infiltrações, colocando em risco a integridade da edificação, dos equipamentos e materiais, assim como de seus usuários;

5.5.3. A área de intervenção é de 188,25m² (cento e oitenta e oito vírgula vinte e cinco metros quadrados);

5.5.4. A edificação faz parte de um Projeto de Lei Estadual nº 4274/2021 que tem por objetivo instituir o tombamento, por interesse histórico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, portanto, buscou-se preservar a estética arquitetônica, projetando a reforma do espaço no mesmo sistema construtivo (estrutura de madeira e telhas cerâmica, tipo francesa).

5.5.5. Outras informações estão descritas nos demais documentos técnicos anexados a este Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período* de execução da obra.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XII.
- 7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.
- 7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.3.1. não produziu os resultados acordados,
 - 7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.5. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*
- 7.5.1 A medição dos serviços para fins de pagamento será mensal e de acordo com o previsto no Cronograma Físico-Financeiro contratual e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
 - 7.5.2 A aceitação do objeto das entregas ficará condicionada a avaliação da qualidade do mesmo, o que se dará através da fiscalização técnica da Contratante, a ser exercida por servido especialmente designado pela Administração e, caso se aplique, por empresa de assessoria à fiscalização eventualmente contratada.
- Recebimento**
- 7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 7.6.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - 7.6.3 O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A7]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **XX (xxxxx)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.39. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.39.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.39.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Reajuste

7.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/11/2025.

7.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A31]

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.4.2. custos unitários relevantes: conforme valores da planilha orçamentária elaborada pela Administração.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação,**patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**
- 9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente**(escrever por extenso, se for o caso)**, em plena validade;[A22]
- 9.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

- 9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Comprovação de execução de serviços de reforma e/ou manutenção corretiva em telhados com telhas cerâmicas: no mínimo 94,12m² (noventa e quatro vírgula doze metros quadrados), quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados.

9.30.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.33.1 Para Engenheiro Civil ou Arquiteto: serviços de execução de reforma e/ou manutenção corretiva em telhados com telhas cerâmicas e estrutura em madeira.

9.33.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.34. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$183.320,89 (cento e oitenta e três mil reais e oitenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo II.
- 10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: 153161;
- II) Fonte de recursos: 1000;
- III) Programa de trabalho: 230296;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- V) Plano interno: V0000G01AEN.
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2025.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

SEM EFEITO.

14. ANEXO II

ANEXO II


TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

SEM EFEITO.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DOS SANTOS BOGADO

Arquiteto e Urbanista
Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO DOS SANTOS BOGADO**
Data: 25/11/2025 11:00:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

LARISSA BARUQUE PEREIRA

Diretora da Divisão de Administração



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 09:16:07.

THYAGO MACHADO DA SILVA

Assistente em administração



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 10:04:43.

FORUM DE CIENCIA E CULTURA DA UFRJ

Estudo Técnico Preliminar 67/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23079.215693/2020-87

2. Descrição da necessidade

Contratação de serviço de engenharia de reforma de telhado / cobertura do edifício anexo da Casa da Ciência – UFRJ, localizado na Rua Lauro Müller, nº 3, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ.

Nota explicativa:

A presente licitação tem como finalidade contratar empresa especializada em construção civil para realizar a reforma das coberturas das edificações anexas e da edificação principal da Casa da Ciência da UFRJ, atendendo às necessidades de conservação e segurança do espaço.

A Casa da Ciência da UFRJ é composta por três edificações com sistemas distintos de cobertura:

- Estruturas de madeira com telhas cerâmicas tipo francesa;
- Lajes em concreto armado.

Até recentemente, havia três árvores frutíferas de grande porte próximas às edificações (uma mangueira e dois pés de jamelão), removidas em 2024 e 2025 devido aos riscos que representavam às estruturas. A proximidade dessas árvores, somada à queda de frutos e galhos e à ausência de manutenção preventiva, ocasionou patologias significativas nas coberturas, tais como: infiltrações, rachaduras, telhas danificadas e goteiras.

Além disso, foi identificado problema estrutural na parede dos fundos, com risco iminente de queda.

Diante desse cenário, a contratação dos serviços de reforma é imprescindível para sanar as patologias existentes, restaurar a integridade das edificações e eliminar riscos à segurança dos usuários e visitantes da Casa da Ciência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Administração da Casa da Ciência	Larissa Baruque Pereira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos para a contratação de empresa de construção civil para a execução de reforma da cobertura, foram estabelecidos em projeto para essa finalidade, obedecendo as normas pertinentes, exigências fundamentadas na boa técnica, visando procedimentos administrativos adequados ao objeto a ser contratado.

4.1.1. Trata-se de um contrato não continuado, que gerará um valor mensal a ser pago, conforme cronograma físico financeiro e planejamento para execução do objeto, com fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva, para obtenção de um objeto específico, conforme mencionado no parágrafo anterior.

4.1.2. O prazo estimado para esse contrato é de 180 (duzentos e quarenta) dias, contando: 30 (trinta) dias para mobilização e procedimentos administrativos, 120 (cento e vinte) dias para execução do objeto propriamente dito, 30 (trinta) dias para aceite provisório e definitivo.

4.1.3. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessárias transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato.

4.1.4. Dentre os critérios de qualificação técnico-operacional a serem atendidos, a licitante deverá apresentar documentos que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação em dimensão e finalidade, na porcentagem de 50% do objeto em tela.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 No que couber, a Contratada deve se comprometer a seguir o plano de logística sustentável da UFRJ (<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>) e a atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010;

4.2.2 A Contratada deverá arcar com todos os custos para a retirada total do entulho e resíduos decorrente da execução dos serviços para fora do local da execução e o seu respectivo PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), conforme orientação da Fiscalização, destinando-o para local autorizado pela FEEMA, em observância à Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.4.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- 4.10.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.15.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.15.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.16.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.16.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.17.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.17.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.17.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 14 horas.
- 4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.23.1 O agendamento deve ser efetuado com antecedência mínima de 1 dia útil, por meio de correio eletrônico etu@etu.ufrj.br. O licitante deverá informar: nome da empresa, nome do contrato, objeto da vistoria e telefone para retorno;

4.23.2 Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, antes da data fixada para a sessão pública;

4.23.3 A vistoria será acompanhada por representante da UFRJ, designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória de que efetuou a vistoria. A declaração deverá ser previamente elaborada pela licitante em conformidade com o modelo anexo do termo de vistoria.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Levantamento de Mercado

Considerando tratar-se de valor estimado, para fins de preenchimento do Documento de Formalização da Demanda (DFD) no sistema PGC 2025, adotou-se como referência o custo por metro quadrado das áreas de intervenção das edificações existentes no terreno, conforme plantas baixas disponíveis.

O levantamento foi realizado com base em:

- Bases oficiais de preços tais como SINAP (09/2025 - Rio de Janeiro), EMOP (09/2025 - Rio de Janeiro) e SCO (09/2025 - Rio de Janeiro);
- Documentação técnica existente das edificações;
- Parâmetros comparativos de mercado aplicáveis a serviços de reforma e manutenção predial.

A metodologia empregada seguiu as boas práticas da Engenharia de Custos, assegurando a consistência dos valores estimados e a aderência às normas vigentes.

6. Descrição da solução como um todo

A solução técnica contempla a reforma integral das coberturas das edificações da Casa da Ciência da UFRJ, visando restabelecer as condições de segurança, funcionalidade e durabilidade das estruturas. As principais ações previstas são:

- Substituição das telhas cerâmicas danificadas e complementação da cobertura;
- Recuperação e reforço da estrutura de madeira de apoio;
- Instalação de calhas de beiral para adequada drenagem pluvial;
- Reforma do trecho em laje de concreto armado da cobertura.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a contratar foram levantadas de acordo com as plantas baixas das edificações existentes e que serão objeto da reforma, conforme projetos de arquitetura disponibilizados no processo SEI.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 183.320,89

A estimativa de custo inicial para o preenchimento do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 41/2025, no sistema PGC 2025, foi de R\$ 105.547,99 (Cento e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos), valor disponibilizado pela Administração Central para atendimento desta demanda.

Entretanto, ao longo do desenvolvimento, houve necessidade de alteração da solução originalmente prevista, em especial em decorrência do Projeto de Lei nº 4.274/2021, que determina o tombamento do conjunto de edificações da Casa da Ciência. Em razão dessas adequações, a nova planilha orçamentária estima a contratação em **R\$ 183.320,89 (Cento e oitenta e três mil, trezentos e vinte reais e oitenta e nove centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto a ser contratado não é passível de parcelamento, uma vez que já resulta do parcelamento técnico adequado, necessário para assegurar a estanqueidade do sistema de cobertura da edificação e, consequentemente, a proteção do imóvel, dos equipamentos, materiais e servidores.

A não divisão do objeto justifica-se pelo fato de não trazer vantagens à Administração Pública, pois não amplia a competitividade, considerando que tais serviços são, em regra, executados por empresas do mesmo segmento da construção civil.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas previstas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação é prevista no Plano Anual de Contratações para o ano de 2025, de acordo com DFD 41/2025.

I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 01/04/2024

III) Id do item no PCA: 404;

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO;

V) Identificador da Futura Contratação: 153161-13/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de reforma da cobertura da Casa da Ciência da UFRJ proporcionará os seguintes benefícios:

- Garantia da estanqueidade do sistema de cobertura predial;
- Segurança estrutural da edificação, preservando servidores, terceirizados e o público visitante;
- Preservação do patrimônio público (edificações, equipamentos e materiais);
- Adequação às normas técnicas;
- Continuidade das atividades da Unidade;
- Valorização institucional.

13. Providências a serem Adotadas

Para este objeto não se faz necessária a capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

No que couber, a Contratada deve se comprometer a seguir o plano de logística sustentável da UFRJ (<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>) e a atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010;

A Contratada deverá arcar com todos os custos para a retirada total do entulho e resíduos decorrente da execução dos serviços para fora do local da execução e o seu respectivo PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), conforme orientação da Fiscalização, destinando-o para local autorizado pela FEEMA, em observância à Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

15. Classificação do ETP

Conforme Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Na Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Portanto o Estudo Preliminar e o Termo de Referência dos contratos em tela não têm restrições à sua divulgação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

A contratação é tecnicamente viável, porém não é da competência desta equipe técnica atestar a viabilidade financeira desta contratação que está condicionada à aprovação do Documento de Formalização de Demanda (DFD), pelo ordenador de Despesas da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da UFRJ (USAG 153115).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LARISSA BARUQUE PEREIRA

Diretora da Divisão de Administração



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 09:24:16.

RODRIGO DOS SANTOS BOGADO

Arquiteto e Urbanista

Documento assinado digitalmente



RODRIGO DOS SANTOS BOGADO

Data: 25/11/2025 11:00:14-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

THYAGO MACHADO DA SILVA

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 10:33:01.

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Fórum de Ciência e Cultura

(Processo Administrativo nº 23079.215693/2020-87)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A)
E

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, por intermédio do Fórum de Ciência e Cultura, com sede na Av. Pasteur, 250, Sala 209 do Palácio Universitário, bairro Urca, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.290-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.663.683/0062-38, neste ato representado pelo(a) Coordenador(a), nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no **DOU** de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23079.215693/2020-87 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de engenharia de reforma da cobertura (telhado) do edifício anexo da Casa da Ciência – UFRJ, localizado na Rua Lauro Müller, nº 3, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	serviço de engenharia de reforma da cobertura (telhado) do edifício anexo da Casa da Ciência – UFRJ, localizado na Rua Lauro Müller, nº 3, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ	19224	Unidade	1		
---	--	-------	---------	---	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A **Matriz de risco** se encontra anexa a este contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35.** Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.37.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.38.** Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.39.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.3. florestas plantadas; e

9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles

estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.55. *Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;*

9.55.1. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.*

9.56. *Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 15236/153161;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 230296;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- V) Plano interno: V0000G01AEN; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser avaliados com base nos parâmetros a seguir estabelecidos.

A contratação e a prestação/utilização dos serviços objeto do certame, obedecerão às práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, constantes neste Edital em acordo com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Para a avaliação dos serviços será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que definirá em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

A finalidade do IMR é valorizar a execução dos serviços nas frequências estabelecidas, com a máxima qualidade e eficiência e dentro dos prazos previstos no cronograma físico financeiros. O preço fixado em contrato para a realização dos serviços se referirá à execução com a máxima qualidade. As falhas na execução dos serviços importarão no pagamento proporcional aos serviços realizados a contento, seguindo os indicadores a seguir descritos.

PARÂMETROS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Estabelecer critérios claros e objetivos para avaliar a qualidade, quantidade e o cumprimento do serviço.
Meta a cumprir	Objetivo específico, previamente obtido no contrato, que a empresa contratada deve atingir na execução do serviço.
Instrumento de medição	Mecanismo, ferramenta ou documento formal que define o critério, método e procedimento para avaliar e verificar o cumprimento da meta.
Forma de acompanhamento	Métodos e procedimentos utilizados para monitorar e controlar a execução do serviço contratado.
Periodicidade	Frequência com que as medições, verificações e acompanhamentos dos serviços contratados são realizados ao longo da execução do serviço
Mecanismo de cálculo	Conjunto de fórmulas, critérios e métodos usados para quantificar e avaliar o cumprimento das metas estabelecidas
Início da vigência	Início da prestação de serviços. Data a partir da qual o contrato começa a ter efeito legal e as obrigações entre as partes contratantes passam a ser exigíveis.

INDICADOR N° 1

**EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NO MATERIAL TÉCNICO DA LICITAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Realizar os serviços de execução contratual correspondentes às áreas definidas, projeto executivo, dentro da boa técnica em acordo com as Normas vigentes, e entregar os respectivos relatórios medição à Fiscalização Local e à Presidência da Comissão de Fiscalização nos prazos definidos.
Meta a cumprir	A contratante deve proceder a execução de serviços conforme projeto executivo e em conformidade com as normas técnicas, regulamentações e demais especificações constantes no edital de contratação, Termo de Referência. Dentro dos prazos especificados dentro do cronograma físico financeiro. Que constitui a meta a ser perseguida e alcançada, até mesmo antecipada se isso trouxer benefícios para UFRJ, que poderia contar em utilizar o objeto mais cedo.
Instrumentos de medição	Diário de Obras, Cronograma Físico-financeiro, Planilha de Medição (de serviços e quantitativos), Memória de cálculo e Relatório fotográfico.
Periodicidade da avaliação	Acompanhamento semanal, com apuração mensal
Mecanismo de cálculo	Percentual serviços executados, em conformidade com os projetos e aprovado pela fiscalização mediante critérios de qualidade, durabilidade especificados nos projetos, diretrizes e caderno de encargos conforme condições pré-estabelecido no cronograma de obra
Início de Vigência	Início da execução do contrato

Faixa de ajuste da pontuação para a manutenção predial preventiva	<p>De 100% a 70% dos serviços executados APROVADOS: 100 pontos.</p> <p>De 70% a 50% dos serviços executados APROVADOS: 90 pontos.</p> <p>Igual ou abaixo de 50% dos serviços executados APROVADOS: 80 pontos.</p>
---	--

INDICADOR N° 2

EXECUÇÃO DE SERVIÇO NO PRAZO

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	O cumprimento dos prazos dos itens de execução dos serviços estipulados pelo cronograma físico financeiro em acordo com a Fiscalização Local.
Meta a cumprir	<p>Garantir o cumprimento dos prazos de execução de serviços dentro dos prazos estabelecidos no cronograma físico financeiro;</p> <p>Seguir os critérios em relação aos atrasos se ocorrerem: Atraso de 2 à 4 dias: Leve - Peso 1 Atraso de 5 dias: Grave - Peso 3 Maior que 5 dias: Gravíssimo - Peso 5</p>
Instrumentos de medição	Diário de Obras, Cronograma Físico-financeiro, Planilha de Medição (de serviços e quantitativos), Memória de cálculo e Relatório fotográfico.
Periodicidade da avaliação	Semanal para acompanhamento e mensal para liberação de medição

Mecanismo de cálculo	<p>ETAPAS DE CÁLCULO:</p> <p>Separar os serviços previstos para acontecer na semana (período de 5 dias);</p> <p>Para cada serviço, utilizar os instrumentos de medição listados acima, anotar a quantidade de dias em atraso de cada item e tirar a média da quantidade de serviços;</p> <p>Para cada serviço, pontuar de acordo com a faixa de ajuste da pontuação (correspondente ao grau de atraso);</p> <p>Calcular a média ponderada entre serviços (pontuação correspondente ao grau de atraso), utilizando os seguintes pesos: Gravíssimo - 5 Grave - 3 Leve - 1</p>
Início de Vigência	Início da execução do contrato
Faixa de ajuste da pontuação para a manutenção corretiva	<p>Cumprimento dos serviços dentro do prazo: 100 pontos</p> <p>Atraso: semanal geral</p> <p>Atraso de:</p> <p>Grau 1 – de 2 até 4 dias: 95 pontos</p> <p>Grau 2 – de 5 dias: 90 pontos</p> <p>Grau 3 – acima de 5 dias: 80 pontos</p>

INDICADOR N° 3

SOLICITAÇÕES FORMAIS À CONTRATADA NÃO RESPONDIDAS NO PRAZO

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que a Contratada atenda às solicitações efetuadas pela Contratante, seja por escrito (atas/relatórios de reunião) ou por correio eletrônico, nos prazos estipulados nestes documentos.

Meta a cumprir	O atendimento, pela contratada, às solicitações efetuadas pela contratante, respeitando as prioridades estabelecidas por meio de prazos a seguir descritos: ALTA: 2 dias MÉDIA: 5 dias BAIXA: 10 dias
Instrumentos de medição	Correios eletrônicos enviados à contratada e solicitações efetuadas em reuniões presenciais registradas por escrito
Periodicidade da avaliação	Mensal
Mecanismo de cálculo	ETAPAS DE CÁLCULO: Separar os documentos por prioridade; Para cada prioridade, utilizar o documento com o maior número de dias (o maior prazo não atendido); Para cada prioridade, pontuar de acordo com a faixa de ajuste da pontuação; Calcular a média ponderada entre as prioridades (pontuação correspondente aos atrasos), utilizando os seguintes pesos: Alta - 4 Média - 2 Baixa - 1
Início de Vigência	Início da execução do contrato.

Faixa de ajuste da pontuação para as solicitações formais à Contratada	<p>Cumprimento das solicitações efetuadas por correio eletrônico e por documentos escritos dentro do prazo: 100 pontos</p> <p>ALTA PRIORIDADE: prazo de 2 dias. Atraso de 1 dia: 98 pontos Atraso de 2 dias: 95 pontos Atraso de 3 dias: 90 pontos Atraso acima de 3 dias: 80 pontos</p> <p>MÉDIA PRIORIDADE: prazo de 5 dias. Atraso até 2 dias: 98 pontos Atraso de 3 até 5 dias: 95 pontos Atraso de 6 até 10 dias: 90 pontos Atraso acima de 10 dias: 80 pontos</p> <p>BAIXA PRIORIDADE: prazo de 10 dias. Atraso até 5 dias: 98 pontos Atraso de 6 até 10 dias: 95 pontos Atraso de 11 até 20 dias: 90 pontos Atraso acima de 20 dias: 80 pontos</p>
--	---

O CONTRATANTE, para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, realizará inspeções nos locais para verificar a conformidade dos serviços às condições contratuais.

Quando da observação de inconformidades, a CONTRATADA será notificada pela Fiscalização. A glosa do pagamento decorrente do descumprimento do IMR será efetuada na Nota Fiscal/Fatura, observando-se o período de faturamento.

O CONTRATANTE notificará a contratada acerca da avaliação obtida e a eventual glosa do pagamento por via postal, comparecimento espontâneo ou qualquer outro meio que demonstre a ciência inequívoca da CONTRATADA.

A CONTRATADA poderá apresentar pedido de reconsideração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da avaliação obtida, que poderá ser deferido caso comprove a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado (teoria da imprevisão), que justifiquem o ocorrido.

O CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias para decidir o pedido de reconsideração.

NOTA ÚNICA. Na execução de obras e serviços de engenharia a CONTRATADA terá até a data final para apresentar a medição, isto é mensalmente, para corrigir e compensar atrasos

e não conformidades apuradas semanalmente. O não atingimento das metas estabelecidas, implicará na compensação ou refazimento do serviço no mês subsequente sem prejuízo ao cronograma pré-estabelecido em contrato.

Rodrigo dos Santos Bogado

Arquiteto Urbanista

Coordenador da CEPLAN/ETU

SIAPE 1977875

FICHA DE CÁLCULO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO

FICHA DE CÁLCULO		
Contrato nº: ____ / ____		
Mês/ ano da verificação: ____ / ____		
Contratada:		
PONTUAÇÃO DO MÊS POR INDICADOR		
Indicador n.1	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NO MATERIAL TÉCNICO DA LICITAÇÃO	Pontos:
Indicador n.2	EXECUÇÃO DE SERVIÇO NO PRAZO	Pontos:
Indicador n.3	SOLICITAÇÕES FORMAIS À CONTRATADA NÃO RESPONDIDAS NO PRAZO	Pontos:
MÉDIA ARITMÉTICA DA PONTUAÇÃO ENTRE OS INDICADORES		Pontuação Média:
FAIXA DE PONTUAÇÃO MÉDIA E GLOSA		
PONTUAÇÃO MÉDIA DE 95 A 100: 100% do valor fixo mensal. PONTUAÇÃO MÉDIA DE 90 A 94: 98% do valor fixo mensal. PONTUAÇÃO MÉDIA IGUAL OU MENOR A 89: 95% do valor fixo mensal.		
OBSERVAÇÃO: A glosa do pagamento, decorrente do IMR, será efetuada na Nota Fiscal/Fatura, observando-se o período de faturamento.		

**UFRJ****ETU**
UFRJ
ESCRITÓRIO TÉCNICO
DA UNIVERSIDADE**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

COORDENAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS

PROCESSO SEI: 23079.215693/2020-87

Probabilidade		Impacto		Risco		
Muito provável	3	Alto	4	3	6	12
Provável	2	Médio	2	2	4	8
Improvável	1	Baixo	1	1	2	4
				1	2	4
				Impacto		

RISCO 01 - LICITAÇÃO FRACASSAR DEVIDO AO BAIXO PREÇO DE REFERÊNCIA OU EXIGÊNCIAS INADEQUADAS

Probabilidade

Improvável

Impacto

Alto

Danos

Atraso irreparável em cronograma letivo, perdas de recursos para o presente exercício.

Ação Preventiva**Responsável**

Definição de exigências técnicas compatíveis com o objeto a ser licitado.

Contratante- UFRJ

Ação Contingência**Responsável**

Revisão do material técnico e instrumento convocatório; Nova licitação.

Contratante- UFRJ

RISCO 02 - ATRASO / DEMORA NOS PROCEDIMENTOS DAS FASES INTERNA E EXTERNA DA LICITAÇÃO

Probabilidade

Improvável

Impacto

Médio

Danos

Perda de prazo de execução no exercício, inviabilidade administrativa em empenhar os recursos dentro do exercício.

Ação Preventiva**Responsável**

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

COORDENAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS**PROCESSO SEI:** 23079.215693/2020-87

Celeridade na análise do processo administrativo, na resposta aos esclarecimentos ou impugnações, e na análise de propostas de preço.	Contratante- UFRJ
Ação Contingência	Responsável
Priorização dos procedimentos relativos a este processo administrativo.	Contratante- UFRJ

RISCO 03 - INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO

Probabilidade	Improvável
Impacto	Alto
Danos	
O objeto ficar inapropriado para uso, atrasando calendário letivo.	
Ação Preventiva	Responsável
Fiscalização técnica adequada sobre a execução do contrato, através de seus fiscais nomeados e conhecimento do cronograma físico-financeiro e caderno de especificações.	Contratante- UFRJ
Ação Contingência	Responsável
Aplicação das sanções contratuais previstas, ao se identificar irregularidades e atrasos injustificados no cronograma físico-financeiro.	Contratante- UFRJ

RISCO 04 - PROPOSTA TÉCNICA DA CONTRATADA COM VÍCIOS E/OU ALHEAÇÃO SOBRE O MATERIAL TÉCNICO DA LICITAÇÃO, NÃO DETECTADO NA FASE PREPARATÓRIA DA LICITAÇÃO

Probabilidade	Improvável
Impacto	Alto
Danos	
Atrasos no cronograma de execução, não conformidades que impeçam a aceite do objeto.	
Ação Preventiva	Responsável

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

COORDENAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS

PROCESSO SEI: 23079.215693/2020-87

Vistoria prévia dos locais onde serão prestados os serviços e conhecimento prévio do material de licitação, por parte do licitante.	Contratada
Ação Contingência	Responsável
Absorção dos vícios e/ou alheação, sem ônus para UFRJ.	Contratada

RISCO 05 - PRODUTO FINAL COM NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA E/OU IMPERÍCIA REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO E ENTREGUE PELA CONTRATADA, NÃO DETECTADO DURANTE A EXECUÇÃO

Probabilidade	Improvável
Impacto	Alto
Danos	
Vazamentos, falhas funcionamento de equipamento e outras não conformidades detectadas durante o uso do objeto.	
Ação Preventiva	Responsável
Conhecer as Diretrizes Técnicas, esclarecer os apontamentos da fiscalização, executar o serviço e documentos dentro dos mais altos padrões da ética e pratica profissional.	Contratada
Ação Contingência	Responsável
Correção da negligência, imprudência e/ou imperícia, sem ônus para UFRJ.	Contratada

RISCO 06 - ATRASO NA ENTREGA DO RELATÓRIO TÉCNICO DE MEDIÇÃO POR PARTE DA CONTRATANTE

Probabilidade	Improvável
Impacto	Médio
Danos	
Não pagamento de medição da empresa.	
Ação Preventiva	Responsável

**UFRJ****ETU**
UFRJ
ESCRITÓRIO TÉCNICO
DA UNIVERSIDADE**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

COORDENAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS**PROCESSO SEI:** 23079.215693/2020-87

A Contratada deve manter os prazos de entregas previstos no cronograma físico financeiro de forma que a UFRJ possa manter sua agenda de análise e de fiscalização.	Contratada
Ação Contingência	Responsável
A UFRJ terá que readequar seu planejamento de forma não atrasar o cronograma.	Contratante- UFRJ

RISCO 07 - ATRASO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DESCUMPRINDO O CRONOGRAMA DO CONTRATO	
Probabilidade	Muito provável
Impacto	Médio
Danos	
Atraso no ano letivo, prejuízo à imagem institucional.	
Ação Preventiva	Responsável
A Contratada deve manter contato com a fiscalização e manter seu cronograma físico financeiro sempre atualizado e em dia.	Contratada
Ação Contingência	Responsável
A contratada deve reorganizar sua produção, reajustando o cronograma físico financeiro de forma que a UFRJ não tenha atraso no recebimento das demais etapas restantes, bem como do objeto como um todo, conforme datas estabelecidas no contrato.	Contratada

RISCO 08 - ALTERAÇÃO DE PROJETO OU ESCOPO POR NECESSIDADE DA UFRJ	
Probabilidade	Improvável
Impacto	Alto
Danos	
Aditivos de acréscimo e/ou de supressão contratual.	
Ação Preventiva	Responsável

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

COORDENAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS**PROCESSO SEI:** 23079.215693/2020-87

A UFRJ, analisar se a referida alteração é imprescindível adequada utilização do objeto e se esta pode ser executada sem prejuízo ao recebimento do objeto em outra licitação ou contratação posterior.	Contratante- UFRJ
Ação Contingência	Responsável
Esgotada as possibilidades, sendo imprescindível o aditivo, proceder sem atraso e prejuízos indevidos a contratada.	Contratante- UFRJ

RISCO 09 - ALTERAÇÃO DE PROJETO, ESCOPO OU ESPECIFICAÇÕES SEM AUTORIZAÇÃO DA UFRJ	
Probabilidade	Improvável
Impacto	Alto
Danos	
Atrasos no cronograma, multas e sanções contratuais.	
Ação Preventiva	Responsável
A empresa contratada, deve ter total conhecimento do projeto de do local de trabalho no período licitatório, não cabendo alterações de projeto ou de especificações sem a prévia comunicação a UFRJ para essa concessão.	Contratada
Ação Contingência	Responsável
A fiscalização aplicará as sanções estabelecidas no contrato e exigirá a correção parcial ou total do objeto conforme o projeto original, especificações e planilhas de quantitativos.	Contratada

RISCO 10 - EXCESSO DE MULTAS	
Probabilidade	Improvável
Impacto	Alto
Danos	
A Contratada, não conseguir concluir o contrato, sendo rescindido por incompetência da própria.	

**UFRJ**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS

PROCESSO SEI: 23079.215693/2020-87

Ação Preventiva	Responsável
A contrata deve conhecer seu contrato com a UFRJ, e seus cronogramas, relatando previamente e regularmente não-conformidades e ações de realinhamento ou de correções necessárias ao Fiscal da UFRJ.	Contratada
Ação Contingência	Responsável
O fiscal deve cobrar a contratada o cumprimento integral do contrato, de forma que não seja obrigado a recorrer a punições e sanções contratuais por negligência ou morosidade da empresa.	Contratante- UFRJ

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 2025.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser avaliados com base nos parâmetros a seguir estabelecidos.

A contratação e a prestação/utilização dos serviços objeto do certame, obedecerão às práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, constantes neste Edital em acordo com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Para a avaliação dos serviços será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que definirá em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

A finalidade do IMR é valorizar a execução dos serviços nas frequências estabelecidas, com a máxima qualidade e eficiência e dentro dos prazos previstos no cronograma físico financeiros. O preço fixado em contrato para a realização dos serviços se referirá à execução com a máxima qualidade. As falhas na execução dos serviços importarão no pagamento proporcional aos serviços realizados a contento, seguindo os indicadores a seguir descritos.

PARÂMETROS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Estabelecer critérios claros e objetivos para avaliar a qualidade, quantidade e o cumprimento do serviço.
Meta a cumprir	Objetivo específico, previamente obtido no contrato, que a empresa contratada deve atingir na execução do serviço.
Instrumento de medição	Mecanismo, ferramenta ou documento formal que define o critério, método e procedimento para avaliar e verificar o cumprimento da meta.
Forma de acompanhamento	Métodos e procedimentos utilizados para monitorar e controlar a execução do serviço contratado.
Periodicidade	Frequência com que as medições, verificações e acompanhamentos dos serviços contratados são realizados ao longo da execução do serviço
Mecanismo de cálculo	Conjunto de fórmulas, critérios e métodos usados para quantificar e avaliar o cumprimento das metas estabelecidas
Início da vigência	Início da prestação de serviços. Data a partir da qual o contrato começa a ter efeito legal e as obrigações entre as partes contratantes passam a ser exigíveis.

INDICADOR N° 1

**EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NO MATERIAL TÉCNICO DA LICITAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Realizar os serviços de execução contratual correspondentes às áreas definidas, projeto executivo, dentro da boa técnica em acordo com as Normas vigentes, e entregar os respectivos relatórios medição à Fiscalização Local e à Presidência da Comissão de Fiscalização nos prazos definidos.
Meta a cumprir	A contratante deve proceder a execução de serviços conforme projeto executivo e em conformidade com as normas técnicas, regulamentações e demais especificações constantes no edital de contratação, Termo de Referência. Dentro dos prazos especificados dentro do cronograma físico financeiro. Que constitui a meta a ser perseguida e alcançada, até mesmo antecipada se isso trouxer benefícios para UFRJ, que poderia contar em utilizar o objeto mais cedo.
Instrumentos de medição	Diário de Obras, Cronograma Físico-financeiro, Planilha de Medição (de serviços e quantitativos), Memória de cálculo e Relatório fotográfico.
Periodicidade da avaliação	Acompanhamento semanal, com apuração mensal
Mecanismo de cálculo	Percentual serviços executados, em conformidade com os projetos e aprovado pela fiscalização mediante critérios de qualidade, durabilidade especificados nos projetos, diretrizes e caderno de encargos conforme condições pré-estabelecido no cronograma de obra
Início de Vigência	Início da execução do contrato

Faixa de ajuste da pontuação para a manutenção predial preventiva	<p>De 100% a 70% dos serviços executados APROVADOS: 100 pontos.</p> <p>De 70% a 50% dos serviços executados APROVADOS: 90 pontos.</p> <p>Igual ou abaixo de 50% dos serviços executados APROVADOS: 80 pontos.</p>
---	--

INDICADOR N° 2

EXECUÇÃO DE SERVIÇO NO PRAZO

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	O cumprimento dos prazos dos itens de execução dos serviços estipulados pelo cronograma físico financeiro em acordo com a Fiscalização Local.
Meta a cumprir	<p>Garantir o cumprimento dos prazos de execução de serviços dentro dos prazos estabelecidos no cronograma físico financeiro;</p> <p>Seguir os critérios em relação aos atrasos se ocorrerem: Atraso de 2 à 4 dias: Leve - Peso 1 Atraso de 5 dias: Grave - Peso 3 Maior que 5 dias: Gravíssimo - Peso 5</p>
Instrumentos de medição	Diário de Obras, Cronograma Físico-financeiro, Planilha de Medição (de serviços e quantitativos), Memória de cálculo e Relatório fotográfico.
Periodicidade da avaliação	Semanal para acompanhamento e mensal para liberação de medição

Mecanismo de cálculo	<p>ETAPAS DE CÁLCULO:</p> <p>Separar os serviços previstos para acontecer na semana (período de 5 dias);</p> <p>Para cada serviço, utilizar os instrumentos de medição listados acima, anotar a quantidade de dias em atraso de cada item e tirar a média da quantidade de serviços;</p> <p>Para cada serviço, pontuar de acordo com a faixa de ajuste da pontuação (correspondente ao grau de atraso);</p> <p>Calcular a média ponderada entre serviços (pontuação correspondente ao grau de atraso), utilizando os seguintes pesos: Gravíssimo - 5 Grave - 3 Leve - 1</p>
Início de Vigência	Início da execução do contrato
Faixa de ajuste da pontuação para a manutenção corretiva	<p>Cumprimento dos serviços dentro do prazo: 100 pontos</p> <p>Atraso: semanal geral</p> <p>Atraso de:</p> <p>Grau 1 – de 2 até 4 dias: 95 pontos</p> <p>Grau 2 – de 5 dias: 90 pontos</p> <p>Grau 3 – acima de 5 dias: 80 pontos</p>

INDICADOR N° 3

SOLICITAÇÕES FORMAIS À CONTRATADA NÃO RESPONDIDAS NO PRAZO

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que a Contratada atenda às solicitações efetuadas pela Contratante, seja por escrito (atas/relatórios de reunião) ou por correio eletrônico, nos prazos estipulados nestes documentos.

Meta a cumprir	O atendimento, pela contratada, às solicitações efetuadas pela contratante, respeitando as prioridades estabelecidas por meio de prazos a seguir descritos: ALTA: 2 dias MÉDIA: 5 dias BAIXA: 10 dias
Instrumentos de medição	Correios eletrônicos enviados à contratada e solicitações efetuadas em reuniões presenciais registradas por escrito
Periodicidade da avaliação	Mensal
Mecanismo de cálculo	ETAPAS DE CÁLCULO: Separar os documentos por prioridade; Para cada prioridade, utilizar o documento com o maior número de dias (o maior prazo não atendido); Para cada prioridade, pontuar de acordo com a faixa de ajuste da pontuação; Calcular a média ponderada entre as prioridades (pontuação correspondente aos atrasos), utilizando os seguintes pesos: Alta - 4 Média - 2 Baixa - 1
Início de Vigência	Início da execução do contrato.

Faixa de ajuste da pontuação para as solicitações formais à Contratada	<p>Cumprimento das solicitações efetuadas por correio eletrônico e por documentos escritos dentro do prazo: 100 pontos</p> <p>ALTA PRIORIDADE: prazo de 2 dias. Atraso de 1 dia: 98 pontos Atraso de 2 dias: 95 pontos Atraso de 3 dias: 90 pontos Atraso acima de 3 dias: 80 pontos</p> <p>MÉDIA PRIORIDADE: prazo de 5 dias. Atraso até 2 dias: 98 pontos Atraso de 3 até 5 dias: 95 pontos Atraso de 6 até 10 dias: 90 pontos Atraso acima de 10 dias: 80 pontos</p> <p>BAIXA PRIORIDADE: prazo de 10 dias. Atraso até 5 dias: 98 pontos Atraso de 6 até 10 dias: 95 pontos Atraso de 11 até 20 dias: 90 pontos Atraso acima de 20 dias: 80 pontos</p>
--	---

O CONTRATANTE, para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, realizará inspeções nos locais para verificar a conformidade dos serviços às condições contratuais.

Quando da observação de inconformidades, a CONTRATADA será notificada pela Fiscalização. A glosa do pagamento decorrente do descumprimento do IMR será efetuada na Nota Fiscal/Fatura, observando-se o período de faturamento.

O CONTRATANTE notificará a contratada acerca da avaliação obtida e a eventual glosa do pagamento por via postal, comparecimento espontâneo ou qualquer outro meio que demonstre a ciência inequívoca da CONTRATADA.

A CONTRATADA poderá apresentar pedido de reconsideração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da avaliação obtida, que poderá ser deferido caso comprove a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado (teoria da imprevisão), que justifiquem o ocorrido.

O CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias para decidir o pedido de reconsideração.

NOTA ÚNICA. Na execução de obras e serviços de engenharia a CONTRATADA terá até a data final para apresentar a medição, isto é mensalmente, para corrigir e compensar atrasos

e não conformidades apuradas semanalmente. O não atingimento das metas estabelecidas, implicará na compensação ou refazimento do serviço no mês subsequente sem prejuízo ao cronograma pré-estabelecido em contrato.

Rodrigo dos Santos Bogado

Arquiteto Urbanista

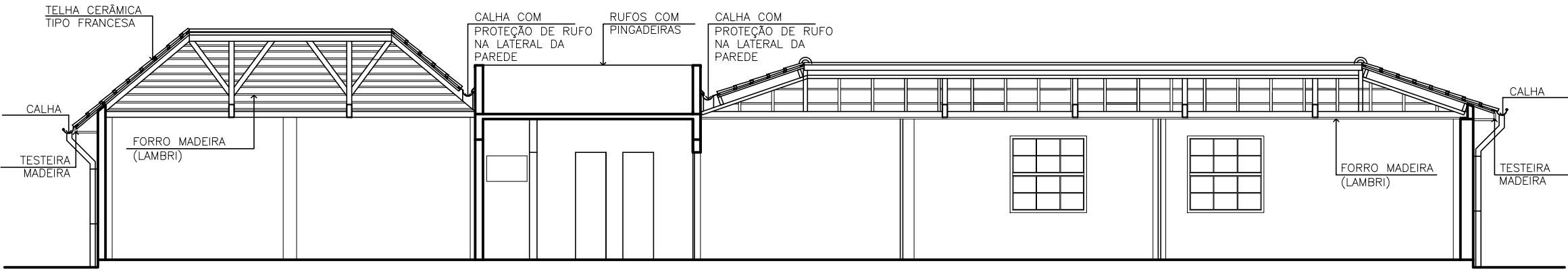
Coordenador da CEPLAN/ETU

SIAPE 1977875

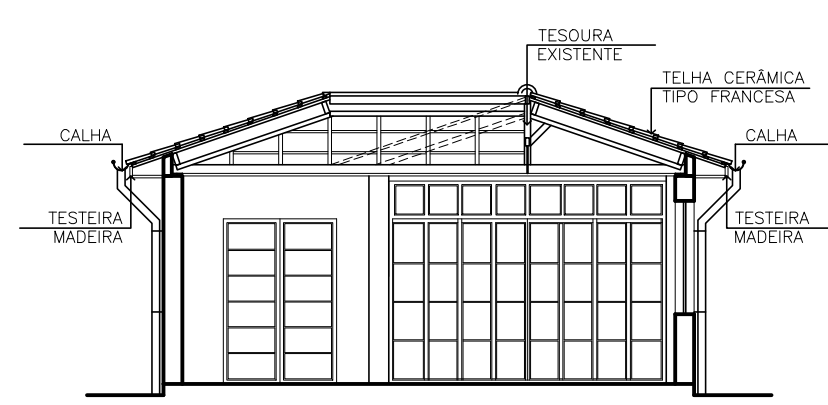
FICHA DE CÁLCULO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO

FICHA DE CÁLCULO		
Contrato nº: ____ / ____		
Mês/ ano da verificação: ____ / ____		
Contratada:		
PONTUAÇÃO DO MÊS POR INDICADOR		
Indicador n.1	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NO MATERIAL TÉCNICO DA LICITAÇÃO	Pontos:
Indicador n.2	EXECUÇÃO DE SERVIÇO NO PRAZO	Pontos:
Indicador n.3	SOLICITAÇÕES FORMAIS À CONTRATADA NÃO RESPONDIDAS NO PRAZO	Pontos:
MÉDIA ARITMÉTICA DA PONTUAÇÃO ENTRE OS INDICADORES		Pontuação Média:
FAIXA DE PONTUAÇÃO MÉDIA E GLOSA		
PONTUAÇÃO MÉDIA DE 95 A 100: 100% do valor fixo mensal. PONTUAÇÃO MÉDIA DE 90 A 94: 98% do valor fixo mensal. PONTUAÇÃO MÉDIA IGUAL OU MENOR A 89: 95% do valor fixo mensal.		
OBSERVAÇÃO: A glosa do pagamento, decorrente do IMR, será efetuada na Nota Fiscal/Fatura, observando-se o período de faturamento.		

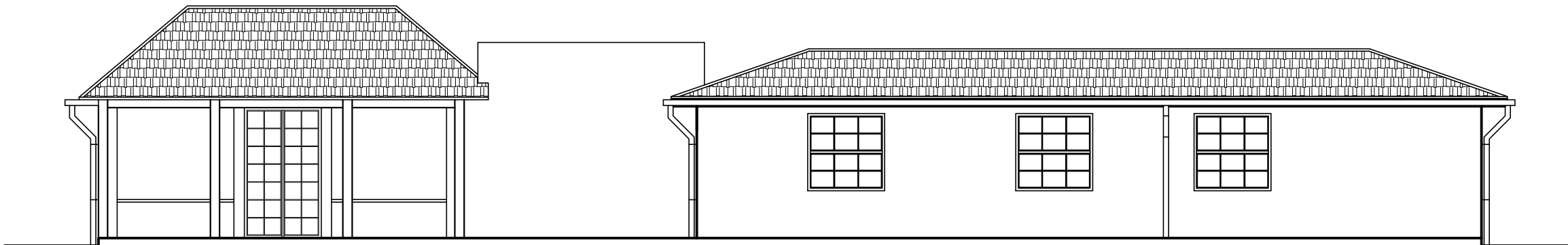
COR	TEMA	OPRESSION
1	7	0.1
2	7	0.2
3	7	0.3
4	7	0.4
5	7	0.5
6	7	0.6
7	7	0.8
8	7	1.0
11	11	0.1
14	14	0.4
40	40	0.4
41	41	0.1
22	22	0.4
96	96	0.4
190	190	0.4
200	200	0.4
200	200	0.06
201	201	0.06
202	202	0.06
203	203	0.06
204	204	0.06
FORMATO DA PRONCIA		



6 CORTE A-A
ESCALA 1/100



7 CORTE B-B
ESCALA 1/100



8 FACHADA 1
ESCALA 1/100

LEGENDA DE SIMBOLOGIA					
CHAMADA PARA DETALHES		NÚMERO DO DETALHE 01/01 PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO	CHAMADA PARA VISTAS		NÚMERO DA VISTA 01/01 PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO
CHAMADA PARA AMPLIAÇÕES		NÚMERO DO DETALHE 01/01 PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO	CHAMADA PARA CORTES	 	IDENTIFICAÇÃO DO CORTÉ 01/01 PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO

NOTAS GERAIS	
REF.	DESCRIÇÃO
01.	VERIFICAR / CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
02.	OS PROJETOS COMPLEMENTARES E A EXECUÇÃO DA OBRA DEVERÃO TER TOTAL FIDELIDADE A ESTE PROJETO. QUALQUER EVENTUAL MODIFICAÇÃO SOMENTE PODERÁ OCORRER POR ALTERNATIVA COMPATÍVEL E APÓS SER SUBMETIDA À SEÇÃO DE PROJETOS PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO(S) AUTOR(ES) DESTA PROJETO.
03.	MANTER MESMA INCLINAÇÃO DO TELHADO EXISTENTE CONFORME: O MADEIRAMENTO EXISTENTE NO LOCAL, DE BOAS PRÁTICAS DE EXECUÇÃO E MANUAIS TÉCNICOS E DE FABRICANTES PARA TELHA TIPO FRANCESA.
04.	PARA INCLINAÇÕES ESPECIAIS DE TELHA TIPO FRANCESA, CASO ACONTEÇA, PROCEDER COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS PARA FIXAÇÃO COMO INDICADO EM NORMAS E MANUAIS TÉCNICOS.
05.	A AMARRAÇÃO DA TELHA TIPO FRANCESA É FEITA POR MEIO DE ARAME RESISTENTE À CORROSÃO, ATRAVÉS DA ORELHA DE ARAMAR, QUANDO NECESSÁRIO DE ACORDO COM BOAS PRÁTICAS.
06.	OS RUFOS, PROTEÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS NO TELHADO DEVEM SER RESISTENTES A CORROSÃO, PRINCIPALMENTE SE FOREM METÁLICOS.

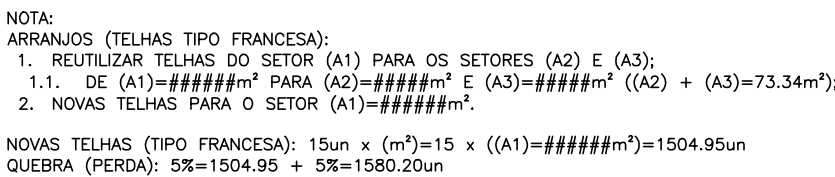
00	EMISSIONAL INICIAL	ZV	25/08/2025	xxxxxx
REV.	DESCRIÇÃO	DESENHISTA	DATA	APROVAÇÃO



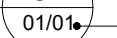
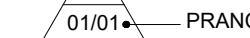
ASSINATURA(S) ELETTRONICA(S) DA RESPONSABILIDADE TECNICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO				ETU	
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE - ETU				ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE	
(COORDENAÇÃO / DIVISÃO / EPLAN)					
TÍTULO				PROJETO	
PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE TELHADO				ARQUITETURA	
PLANTA DE COBERTURA					
LOCAL				FASE	
ANEXO CASA DA CIÊNCIA				CÓD.	
RUA LAURO MÜLLER, 3 – BOTAFOGO – RIO DE JANEIRO – RJ				PROJETO BÁSICO	
CONTEÚDO				ARQUIVO	
CORTES E FACHADA PRINCIPAL				2020 BY ANEXO CDC-03-03-PLA-CDR-ARG-PB-RIO-000	
DIREÇÃO DO ETU				ESCALA	
Wagner Naves Ribeiro				DATA	
DIRETOR				1/100	
(BAPE: 1005/147)				25/08/2025	
Rafael Luis Teixeira Souza				DESENHO	
CHEFEIA				PRANCHA	
(BAPE: 3062/178)				ZV	
Zander Cruz Vasques				03/03	
ARQUITETO E URBANISTA					
(BAPE: 24009/04)					

[illegible]

4 PLANTA MADEIRAMENTO
ESCALA 1/100



LEGENDA DE SIMBOLOGIA					
CHAMADA PARA DETALHES		<p>NÚMERO DO DETALHE</p> <p>PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO</p>	CHAMADA PARA VISTAS		<p>NÚMERO DA VISTA</p> <p>PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO</p>
CHAMADA PARA AMPLIAÇÕES		<p>NÚMERO DO DETALHE</p> <p>PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO</p>	CHAMADA PARA CORTES		<p>IDENTIFICAÇÃO DO CORTE</p> <p>PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO</p>

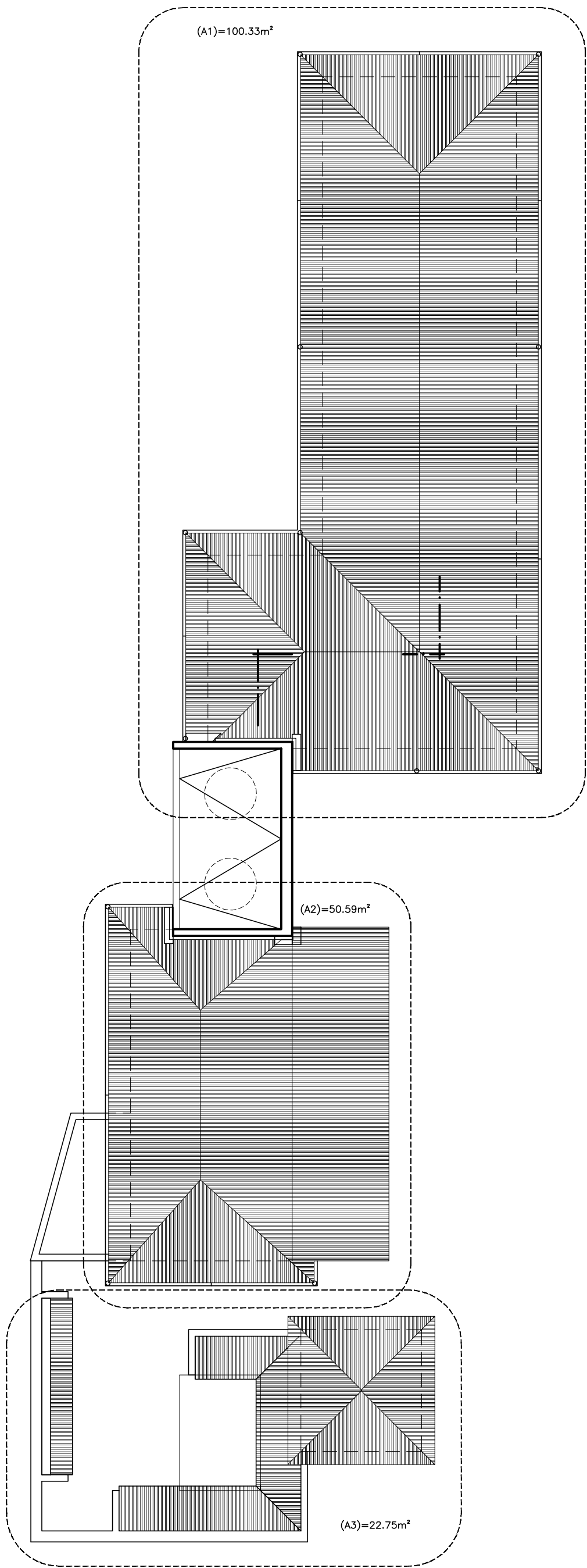
REF.	DESCRIÇÃO
01.	VERIFICAR / CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
02.	OS PROJETOS COMPLEMENTARES E A EXECUÇÃO DA OBRA DEVERÃO TER TOTAL FIDELIDADE A ESTE PROJETO. QUALQUER EVENTUAL MODIFICAÇÃO SOMENTE PODERÁ OCORRER POR ALTERNATIVA COMPATIVEL. APÓS SER SUBMETIDA À SEÇÃO DE PROJETOS PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO(S) AUTOR(ES) DESTES PROJETO.
03.	MANTER MESMA INCLINAÇÃO DO TELhado EXISTENTE CONFORME: O MADEIRAMENTO EXISTENTE NO LOCAL E DE BOAS PRÁTICAS DE EXECUÇÃO E MANUAIS TÉCNICOS E DE FABRICANTES PARA TELHA TIPO FRANCESA.
04.	PARA INCLINAÇÕES ESPECIAIS DE TELHA TIPO FRANCESA, CASO ACONTEÇA, PROCEDER COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS PARA FIXAÇÃO COMO INDICADO EM NORMAS E MANUAIS TÉCNICOS.
05.	A AMARRAÇÃO DA TELHA TIPO FRANCESA É FEITA POR MEIO DE ARMAS RESISTENTE À CORROSÃO, ATRAVÉS DA ORELHA DE ARAMAR, QUANDO NECESSÁRIO DE ACORDO COM BOAS PRÁTICAS.
06.	OS RUFOS, PROTEÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS NO TELhado DEVEM SER RESISTENTES À CORROSÃO, PRINCIPALMENTE SE FOREM METÁLICOS.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S) DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ETU
UFRJ
ESCRITÓRIO TÉCNICO
DA UNIVERSIDADE

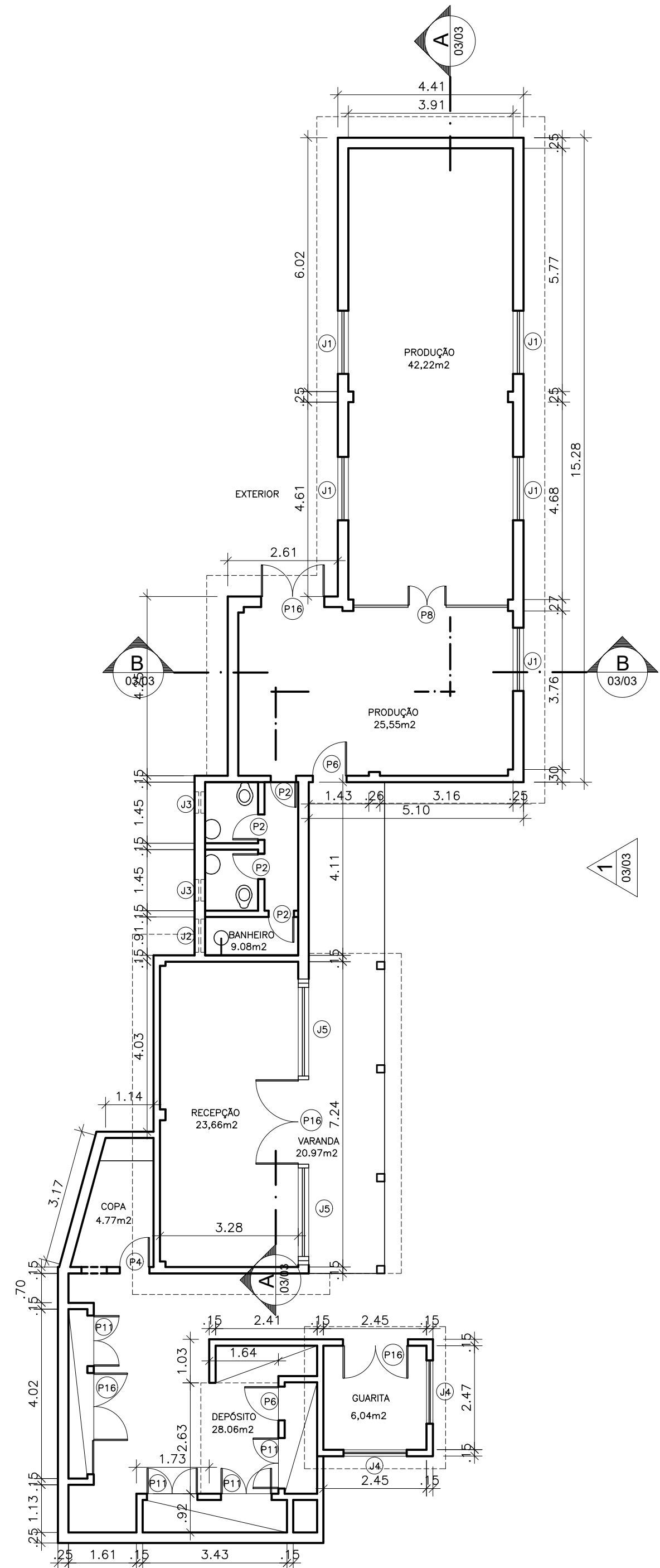
FORMATO DA FRANCHIA

COR	PERÍM	COFUSUR
1	7	0.1
2	7	0.2
3	7	0.3
4	7	0.4
5	7	0.5
6	7	0.6
7	7	0.8
8	7	1.0
9	7	0.1
10	7	0.2
11	11	0.1
12	14	0.4
13	40	0.4
14	41	0.1
15	22	0.4
16	36	0.4
17	120	0.4
18	200	0.4
19	200	0.05
20	201	0.05
21	202	0.05
22	203	0.05
23	204	0.05
FORMATO DA PRONHA		



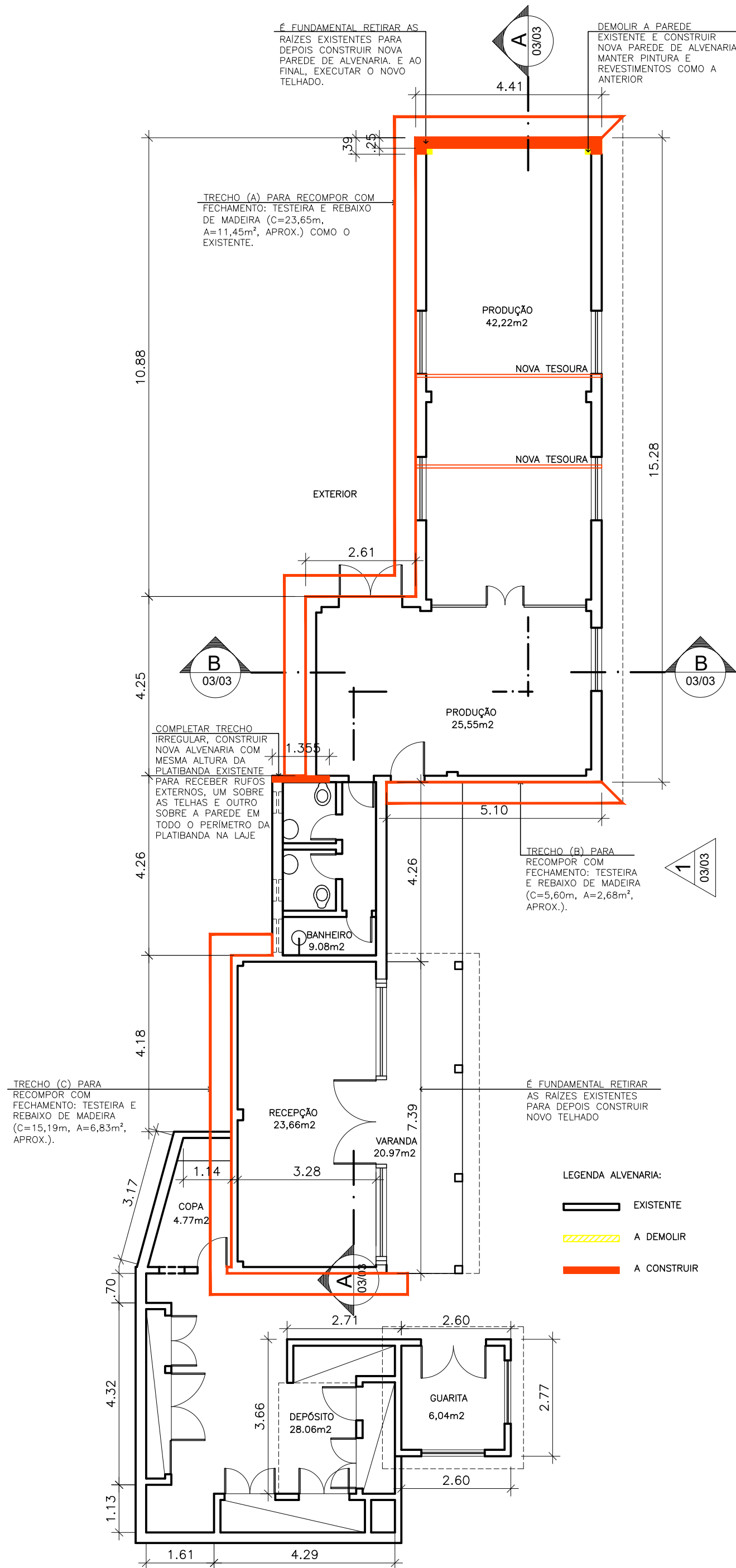
NOTA:
UTILIZAR TELHAS COM DIMENSÕES PADRONIZADAS;
ADOTAR PERFEITO ENCAIXE ENTRE AS TELHAS;
PROPORCIONAR FACILIDADE DE COLOCAÇÃO;
GARANTIR A ESTANQUEIDADE DO TELHADO;
CONSIDERAR QUEBRA DE SÓC CONFORME NORMAS E MANUAIS TÉCNICOS;
PERMITIR QUE AS FACES SUPERIORES DAS RIPAS DEVAM PERTENCER A UM MESMO PLANO.

1 SETORES: A1, A2 E A3
ESCALA 1/100



NOTA:
RETRAI, GUARDE E RECOLOQUE LUMINÁRIAS (GARANTIR
PLENO FUNCIONAMENTO) E DEMAIS ITENS QUE ESTEJAM NOS
TELHADOS E / OU FORROS, LAMBRIS E REBAIXOS.

2 PLANTA BAIXA
ESCALA 1/100



NOTA:
RETRADA COMPLETA DE RAIZ (DESTOCAMENTO OU REMOÇÃO
DE TOCO E RAIZ) JUNTO À PAREDE INCLINADA DE ALVENARIA
(FUNDO), E RETIRADA DE DEMAIS ÁRVORES E TOCOS MUITO
PRÓXIMOS DO COLADO À EDIFICAÇÃO / TELHADO ATUAL.
RECONSTRUIR ALVENARIAS QUE SEJAM NECESSÁRIAS ANTES
DA EXECUÇÃO / INSTALAÇÃO DE NOVO TELHADO.

3 DEMOLIR E CONSTRUIR
ESCALA 1/100

LEGENDA DE SIMBOLOGIA			
CHAMADA PARA DETALHES	01- 01/01	NÚMERO DO DETALHE — PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO	CHAMADA PARA VISTAS 01/01 NÚMERO DA VISTA — PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO
CHAMADA PARA AMPLIAÇÕES	01- 01/01	NÚMERO DO DETALHE — PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO	CHAMADA PARA CORTES 01/01 IDENTIFICAÇÃO DO CORTES — PRANCHA EM QUE CONSTA O DESENHO

NOTAS GERAIS	
REF.	DESCRIÇÃO
01.	VERIFICAR / CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
02.	OS PROJETOS COMPLEMENTARES E A EXECUÇÃO DA OBRA DEVERÃO TER TOTAL FIDELIDADE A ESTE PROJETO. QUALQUER EVENTUAL MODIFICAÇÃO SOMENTE PODERÁ OCORRER POR ALTERNATIVA COMPATÍVEL E APÓS SER SUBMETIDA À SEÇÃO DE PROJETOS PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO(S) AUTOR(ES) DESTA OBRA.
03.	MANTER MESMA INCLINAÇÃO DO TELHADO EXISTENTE CONFORME: O MADEIRAMENTO EXISTENTE NO LOCAL, DE BOAS PRÁTICAS DE EXECUÇÃO E MANUAIS TÉCNICOS E DE FABRICANTES PARA TELHA TIPO FRANCESA.
04.	PARA INCLINAÇÕES ESPECIAIS DE TELHA TIPO FRANCESA, CASO ACONTEÇA, PROCEDER COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS PARA FIXAÇÃO COMO INDICADO EM NORMAS E MANUAIS TÉCNICOS.
05.	A AMARRAÇÃO DA TELHA TIPO FRANCESA É FEITA POR MEIO DE ARAME RESISTENTE À CORROSÃO, ATRAVÉS DA ORELHA DE ARAMAR, QUANDO NECESSÁRIO DE ACORDO COM BOAS PRÁTICAS.
06.	OS RUFOS, PROTEÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS NO TELHADO DEVEM SER RESISTENTES À CORROSÃO, PRINCIPALMENTE SE FOREM METÁLICOS.

00	EMISSÃO INICIAL	ZV	25/08/2025	xxxxxx
REV.	DESCRIÇÃO	DESENHISTA	DATA	APROVAÇÃO

ASSINATURA(S) ELETTRÔNICA(S) DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE - ETU (COORDENAÇÃO / DIVISÃO / EPLAN)			
TÍTULO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE TELHADO PLANTA DE COBERTURA		PROJETO ARQUITETURA	
LOCAL ANEXO CASA DA CIÊNCIA RUA LAURO MÜLLER, 3 – BOTAFOGO – RIO DE JANEIRO – RJ		FASE PROJETO BÁSICO	
CONTEÚDO SETORES, PLANTA BAIXA, DEMOLIR E CONSTRUIR		CÓD. 2020.087	
DIREÇÃO DO ETU Wagner Nolasco Ribeiro DIRETOR (CNPJ: 1005147)		AUTORIA / EQUIPE DO PROJETO Zander Cruz Vasques ARQUITETO E URBANISTA (CNPJ: 540094)	
ESCALA 1/100		DATA 25/08/2025	
DESENHO ZV		PRANCHA 01/03	

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES GERAIS

O presente Caderno estabelece as condições para a execução dos serviços necessários para a reforma da cobertura do Anexo da Casa da Ciência, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizado na Rua Lauro Muller, nº 3, no Campus da Praia Vermelha, Rio de Janeiro - RJ.

No entanto, ressaltamos que o presente documento é complementar aos Projetos de Arquitetura e a Planilha Orçamentária.

Breve resumo dos serviços a executar:

- Serviços Preliminares/Técnicos
- Alvenaria / Vedação / Divisórias
- Revestimentos
- Pinturas
- Piso
- Execução de Cobertura
- Telhamento
- Instalação de Águas Pluviais
- Impermeabilização/Isolamentos;
- Gerenciamento de Obras

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. O CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES GERAIS, PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA e CRONOGRAMA se completam e mantêm coerência entre si, não podendo ser considerados separadamente. Qualquer dúvida ou divergência de informações contidas nestes documentos deverá ser esclarecida pela UFRJ.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.2. Os documentos técnicos fornecidos fazem parte de conjunto completo, podendo conter informações além das necessárias para a execução da etapa em tela.

1.3. A Contratada deverá executar os serviços em conformidade com o caderno de especificações gerais, planilha orçamentária, cronograma e manual de obras públicas-edificações (práticas da SEAP – Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio);

1.4. Todos os documentos técnicos deverão ser minuciosamente estudados pela Contratada, antes da execução dos serviços. Qualquer incoerência, falha ou omissão identificada, assim como dúvidas da Contratada, deverá ser comunicada à Fiscalização que adotará as medidas necessárias ao seu esclarecimento.

1.5. Em caso de divergência entre cotas de desenhos e medidas in loco, prevalecerão às medidas in loco, sendo que, a CONTRATADA responsabilizar-se-á inteiramente pela sua verificação no local.

1.6. A empresa deverá manter no local da execução do serviço para consulta uma pasta com os projetos, tanto da Fiscalização, como para o uso diário dos funcionários durante toda a execução do serviço.

1.7. A Contratada deverá obter junto aos Órgãos Públicos e Concessionários pertinentes todas as licenças necessárias à execução dos serviços, arcando com as respectivas despesas, taxas emolumentos etc.

1.8. A UFRJ indicará arquiteto, engenheiro e/ou prepostos, que, devidamente credenciados e identificados como Fiscalização junto à Contratada, terá autoridade para exercer, em nome da UFRJ, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

1.9. A UFRJ indicará os Consultores e Assessores Técnicos que julgar conveniente para acompanhar e orientar os trabalhos de execução e Fiscalização.

1.10. Antes do início dos serviços, a Contratada deverá se fazer representar, através do Responsável Técnico e do Engenheiro da Contratada para que, juntamente com a Fiscalização, em “REUNIÃO DE PARTIDA DA OBRA”, a UFRJ faça a apresentação do Objeto do Contrato com esclarecimentos a respeito do projeto, definição dos procedimentos administrativos e orientações gerais pertinentes aos serviços a serem executados. A Contratada deverá emitir documentação, a ser entregue a Fiscalização, apresentando o responsável técnico e o Engenheiro da Contratada.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.11. Durante a execução do serviço, serão realizadas outras reuniões, visando esclarecer quaisquer dúvidas, com a participação da Fiscalização e da Contratada, sempre representada, pelo menos, pelo engenheiro, desde que este tenha poderes para responder em seu nome.

1.12. Após a assinatura do contrato, a Contratada assume inteira responsabilidade sobre os elementos apresentados para a execução dos serviços, não sendo admitidas quaisquer alegações quanto à omissão destes elementos que venham onerar a execução dos serviços.

1.13. Toda a documentação encaminhada à UFRJ, pela Contratada, deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, bem como todos os documentos anexados (planilhas, quadros, cronogramas, memórias de cálculo, demonstrativos diversos, etc.) encaminhados à UFRJ, pela Contratada, deverão ser assinados pelos seus representantes legais, perante a Contratante, com a respectiva identificação funcional.

1.14. A Contratada deverá realizar supervisão e coordenação da execução das atividades sob sua responsabilidade, respondendo perante a Contratante pelo cumprimento das obrigações contratuais. Também serão de sua responsabilidade a observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

1.15. Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e da NBR 7678 - Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção e demais necessárias à sua aplicação.

1.16. A Contratada deverá manter as instalações do canteiro organizadas, limpas e em bom estado de higiene, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

1.17. A Contratada deverá arcar com todos os custos para a retirada total do entulho e resíduos decorrente da execução dos serviços para fora do local da execução dos serviços e o seu respectivo PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), conforme orientação da Fiscalização, destinando-o para local autorizado pela FEEMA, em observância à Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.18. A contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de matérias, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

1.19. A Contratada deverá manter no local dos serviços, instalações, funcionários e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato.

1.20. Da necessidade de alterações contratuais, deverão ser respeitadas as seguintes condições:

- Na formação dos preços dos aditivos contratuais, deverá ser mantida a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela UFRJ e o valor global contratado, na forma da lei.
- Os preços unitários de insumos e serviços não contratuais, obtidos por cotação de mercado em data atual, serão deflacionados para a data-base do contrato.
- A Contratada, caso tenha apresentado distintos valores para preço unitário de determinado insumo contratual, deverá considerar como preço unitário final deste, aquele de menor valor.
- As composições de custo apresentadas pela Contratada no processo licitatório que estejam com a descrição de serviço e/ou descrição do insumo em desacordo com as respectivas descrições apresentadas pela UFRJ, deverão respeitar a descrição desta.
- Caso a Contratada tenha apresentado em suas composições de custo percentuais diferenciados de encargos sociais, prevalecerá o de menor valor, que será aplicado sobre os custos de mão de obra não contratual.
- Na supressão de serviços contratuais, no todo ou em parte, deverão ser considerados, também, os serviços conexos, que terão seus quantitativos reduzidos em decorrência da supressão dos primeiros.

1.21. O serviço contratual para o qual a Contratada não tenha apresentado composição de custo no processo licitatório, terá a sua composição constituída com os insumos, composições de custo auxiliares e respectivos coeficientes/quantidades fornecidos pela UFRJ na sua composição de custo elaborada para a licitação, utilizando-se os respectivos preços unitários ofertados pela Contratada, submetendo-a à aprovação da UFRJ.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.22. A redução do coeficiente/quantidade de insumos de material ou equipamentos nas composições de custo da proposta da Contratada, em comparação com o coeficiente/quantidade desses insumos nas composições de custo da UFRJ, não poderá servir de alegação para a execução de serviços em desacordo com o projetado e/ou especificado.

1.23. A ausência de qualquer insumo ou composição de custo auxiliar em uma composição de custo por parte da Contratada, em desacordo com a composição de custo da UFRJ, ambas fornecidas pela licitação, não a exime de execução, instalação ou fornecimento dos mesmos.

1.24. Entenda-se como composição de custo auxiliar aquela integrante de uma composição de custo de um serviço, considerada esta como principal.

1.25. Caso seja necessária a execução de serviços ou fornecimentos não previstos na planilha orçamentária, na forma da lei, a Contratada deverá apresentar proposta, visando o pedido de aditivo com as devidas justificativas, a descrição dos serviços necessários, seus respectivos quantitativos com seus preços unitários e globais, memórias de cálculo, suas respectivas composições de custos unitários (compondo-se dos seguintes itens: insumo, unidade, índice/coeficiente/quantidade, custo unitário e custo total) e relatório fotográfico para consubstanciar o pedido. Se, para perfeita caracterização e registro dos serviços extras for necessária a elaboração de desenhos, a critério do ETU, a Contratada se encarregará de confeccioná-los como "AS BUILT", seguindo as diretrizes do ETU. Deverá ser observado, na precificação dos novos serviços, que os preços unitários dos seus insumos que forem contratuais sejam respeitados em suas composições de custo unitário. As composições de custo apresentadas deverão ser baseadas, caso atendam às necessidades do serviço, nas fontes oficiais a seguir: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Tabela EMOP-RJ e Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (SCO – RIO), nesta ordem. Não se encontrando os serviços nas fontes aqui mencionadas, poderão ser utilizadas as composições de custo de fontes da iniciativa privada: TCPO-PINI, Informativo SBC etc. Este material será entregue ao ETU que, por sua vez, procederá a sua análise e se pronunciará formalmente a respeito de sua aprovação.

1.26. A Contratada deverá executar os serviços em conformidade com os desenhos e especificações contidos no memorial descritivo, caderno de especificações, planilha orçamentária, relação de composições de custo unitário de serviço e cronograma.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.27. Caberá à Contratada o fornecimento, a instalação e a colocação de todos os materiais especificados nos serviços a executar constantes no edital, salvo disposição em contrário.

1.28. A Contratada deverá empregar materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo rigorosamente às condições estipuladas nas especificações, em conformidade com as especificações dos fabricantes, as normas, métodos e ensaios da ABNT, salvo disposições em contrário.

1.29. Nos documentos técnicos fornecidos, a caracterização de materiais por determinada marca de fabricação são referências de qualidade, ficando possibilitada sua substituição por outra marca rigorosamente equivalente ou superior em características e qualidade, desde que não comprometa a solução, estética e funcional prevista. Ressalta-se que a substituição somente poderá ocorrer com o conhecimento prévio da Fiscalização e aprovação da UFRJ.

1.30. Todas as sugestões de alteração das soluções construtivas, materiais e especificações, para quaisquer situações, propostas pela Contratada, deverão ser previamente encaminhadas, através da Fiscalização, à UFRJ – que procederá a sua análise e se pronunciará formalmente a respeito de sua aprovação.

1.31. Se as circunstâncias ou condições locais tornarem aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados neste Caderno de Especificações Gerais e nos documentos técnicos, esta substituição só poderá ser efetuada mediante expressa autorização, por escrito, da FISCALIZAÇÃO, para cada caso particular.

1.32. Entende-se por MATERIAIS, PRODUTOS OU PROCESSOS EQUIVALENTES aqueles com certificação de ISO-9000 ou INMETRO e cujos testes específicos em laboratórios idôneos e especializados tenham apresentado resultados equivalentes quanto aos diversos aspectos de desempenho, durabilidade, dimensões, resistências diversas e confiabilidade.

1.33. A equivalência entre materiais, equipamentos, acabamentos e demais componentes do projeto, seja no aspecto qualitativo ou no dimensionamento, forma de fixação ou qualquer outro elemento, serão aceitas somente se não apresentarem prejuízos quanto à segurança, aos aspectos práticos, à funcionalidade, e estarão sujeitos, sempre, à avaliação e aprovação da FISCALIZAÇÃO.

1.34. A consulta sobre equivalência será efetuada em tempo oportuno pela Contratada, não se admitindo, em nenhuma hipótese, que dita consulta sirva para justificar o descumprimento dos prazos estabelecidos no contrato.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.35. A Contratada deverá realizar os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade e funcionamento dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, quando a Contratante entender necessário, através de laboratórios previamente aprovados pela Fiscalização. A critério da UFRJ poderão ser solicitados protótipos, amostras, moldes e miniaturas para análise e eventual aprovação.

1.36. A fiscalização poderá impugnar qualquer material que considerar inadequado ou fora das especificações do projeto, ficando a Contratada obrigada a substituí-lo no prazo estabelecido pela Fiscalização, devidamente registrado no Diário de Obras.

1.37. Não caberá a Contratante a obrigação de pagar por material posto no local de trabalho se suas especificações estão em desacordo com o contratado.

1.38. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

1.39. É obrigação da contratada submeter previamente à aprovação da Fiscalização amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços objeto do Contrato.

1.40. A inspeção para recebimento de materiais e equipamentos será realizada no canteiro de serviço ou local de entrega, através de processo visual. Essa inspeção deverá basear-se na descrição constante da nota fiscal ou guia de remessa, pedido de compra e respectivas especificações de materiais e serviços.

1.41. Visando a conclusão dos serviços no prazo contratual, a Contratada deverá providenciar, após a aprovação dos projetos, a encomenda de materiais e equipamentos que necessitem de prazo dilatado para sua entrega.

1.42. Todos os materiais fora de especificações técnicas, de má qualidade e em desacordo com o edital, serão recusados pela Fiscalização independente de aviso ou notificação.

1.43. Em caso de dúvida quanto ao uso do material, solicitar à Fiscalização a sua aprovação antecipadamente.

1.44. A inspeção visual para recebimento dos materiais e equipamentos constituir-se-á, basicamente, no atendimento às observações descritas a seguir:

- Verificação da marcação existente conforme solicitada na especificação de materiais;
- Verificação da quantidade da remessa;



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:

Data:

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

- Verificação do aspecto visual, constatando a inexistência de amassaduras, deformações, lascas, trincas, ferrugens e outros defeitos possíveis;

- Verificação de compatibilização entre os elementos componentes de um determinado material.

1.45. Os materiais e equipamentos que não atenderem às condições exigidas serão rejeitados.

1.46. Os materiais sujeitos à oxidação e outros danos provocados pela ação do tempo deverão ser acondicionados em local seco e coberto.

1.47. Os tubos de qualquer natureza deverão ser estocados em prateleiras ou leitos, separados por diâmetro e tipos característicos, sustentados por tantos apoios quantos forem necessários para evitar deformações causadas pelo peso próprio. As pilhas com tubos com bolsas ou flanges deverão ser formadas de modo a alternar em cada camada a orientação das extremidades.

1.48. Deverão ser tomados cuidados especiais quando os materiais forem empilhados, de modo a verificar se o material localizado em camadas inferiores suportará o peso nele apoiado.

1.49. Todos os equipamentos/materiais instalados deverão apresentar prazo de garantia definido pelos fabricantes, ficando a empresa CONTRATADA obrigada a substituí-los imediatamente, se necessário, dentro de suas respectivas garantias; sem ônus algum para a CONTRATANTE.

1.50. Todos os serviços executados estarão submetidos automaticamente aos prazos de garantia estipulados em legislação pertinente.

1.51. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização, para arquivo, todos os certificados de garantia dos materiais e aparelhos instalados no local da realização dos serviços.

1.52. A Contratada deverá submeter à aprovação da Fiscalização até 5 (cinco) dias após o início dos trabalhos o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços, elaborados de conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento. Eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços devem ser submetidos previamente à aprovação da Fiscalização de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

1.53. A Contratada deverá alocar os recursos necessários à administração e execução dos serviços, inclusive os destinados ao pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.54. A Contratada deverá providenciar para que os materiais, mão de obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma e plano de execução dos serviços objeto do contrato, dentro dos interesses da UFRJ.

1.55. A Fiscalização poderá impugnar qualquer material que considerar inadequado ou fora das especificações do projeto, ficando a Contratada obrigada a substituí-lo no prazo estabelecido pela Fiscalização, devidamente registrado no Diário de Obras.

1.56. É obrigação da Contratada, a substituição imediata de efetivos diretos ou indiretos que, a juízo da Fiscalização, apresentar conduta imprópria ou inconveniente ao serviço. Este procedimento não pode ser considerado como motivo para alteração de preços e prazos de execução dos serviços. A substituição de qualquer profissional será processada, no máximo, 48 horas após a comunicação, por escrito, da Fiscalização.

1.57. A Contratada deverá apresentar relação de pessoal destinado à execução dos serviços para a autorização de entrada nas dependências da UFRJ, a ser emitida pela Fiscalização.

1.58. Toda e qualquer alteração no quadro de pessoal deverá ser comunicada por escrito à Fiscalização, de modo a manter sempre atualizada a autorização de entrada de pessoal.

1.59. No caso do não atendimento às exigências contratuais na execução de serviços e/ou colocação de materiais no local de execução dos serviços, é atribuição da Fiscalização determinar a interrupção e a retificação dos serviços afetados, sem que isso acarrete a suspensão das penalidades a que ficar sujeita a Contratada e sem que esta tenha o direito a qualquer indenização, caso não proceda ao atendimento às exigências no prazo estabelecido.

1.60. É obrigação da Contratada criar condições que possibilitem à Fiscalização o acesso fácil e seguro a todas as partes da obra, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam risco aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

1.61. A Contratada deverá adotar procedimentos de proteção preventivos a danos nas redes de instalações existentes, aprovados previamente pela Fiscalização, quando os serviços interferirem com estas, evitando possíveis interrupções no seu funcionamento durante ou em

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

consequência da execução dos serviços. Desligamentos de energia, telefonia e/ou água deverão ser programados com antecedência, junto à Fiscalização e concessionárias.

1.62. A Contratada será responsável pela guarda da obra e de seus materiais e equipamentos, até sua entrega definitiva.

1.63. Caberá a Contratada o ônus e a total responsabilidade pela realização dos reparos a quaisquer danos aos serviços já executados ou às redes de infraestrutura existentes causados por esta, durante ou em consequência da execução dos serviços.

1.64. A Contratada responderá, diretamente, por todas e quaisquer perdas e danos causados a bens ou pessoas, dentro ou fora do Canteiro de Obras, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratados, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, normas, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimo de mora.

1.65. Se a Contratada se recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá a Contratante efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da Contratada.

1.66. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

1.67. Durante o prazo previsto em lei, após o Recebimento Definitivo dos serviços, a Contratada responderá por sua qualidade, perfeito funcionamento e segurança nos termos do artigo 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, defeitos ou imperfeições que se apresentarem nesse período, sem ônus para a Contratante.

1.68. No Recebimento Provisório, após vistoria, quando do término dos serviços e da comunicação oficial da Contratada, será emitido o Termo de Recebimento Provisório da obra ou serviços na forma da lei. Este recebimento deverá ser efetivado sem pendências a serem solucionadas pela Contratada.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

1.69. O Recebimento Definitivo será oficializado após o fiel cumprimento do contrato em todas as suas disposições técnicas e administrativas, passado pela etapa de Recebimento Provisório e se encerrando com a emissão do Termo de Recebimento de Obra pela comissão designada para este fim.

1.70. A Contratada deverá manter no escritório, em local bem visível e à disposição da Fiscalização, o cronograma físico, por diagrama de barras ou PERT/CPM, permanentemente atualizado em função do real desenvolvimento da obra.

1.71. Os insumos descritos nas composições de mão de obra (FERRAMENTAS, EPI, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, EXAMES e SEGUROS), foram obtidos a partir de metodologia e premissas definidas no MANUAL DE METODOLOGIAS E CONCEITOS do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, de modo a considerar todas as condições pertinentes aos insumos relacionados. Este manual encontra-se disponível no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal.

1.72. Antes do início dos serviços, os responsáveis deverão apresentar as RRTS / ARTs devidamente pagas.

1.73. EPI e Ferramentas:

a. A Contratada fornecerá a todo o pessoal envolvido na execução dos serviços (Funcionários, Fiscalização e Visitantes) todos os equipamentos de proteção individual pertinentes, exigidos pela NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como:

- Equipamentos para proteção da cabeça: capacetes e capuzes de segurança;
- Equipamentos para proteção de olhos e face: óculos de segurança, protetor facial e máscara de solda;
- Equipamentos para proteção de mãos e braços: luva de raspa, luva de PVC ou látex, mangote de raspa;
- Equipamentos de proteção de pés e pernas: botas de borracha e/ou de PVC, calçados de couro, perneira de raspa;
- Equipamentos para proteção dos membros superiores: luvas, creme protetor, manga, braçadeira, dedeira;
- Equipamentos para proteção dos membros inferiores: calçado, meia, perneira, calça;



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:

Data:

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

- Equipamentos para proteção do corpo inteiro: macacão, conjunto, vestimenta de corpo inteiro;
- Equipamentos para proteção auditiva;
- Equipamentos para proteção respiratória: respirador purificador de ar, respirador de adução de ar, respirador de fuga, máscaras para jato de areia, respiradores, máscaras de filtro químico;
- Equipamentos para proteção do tronco: avental de raspa, avental de PVC e demais equipamentos, em conformidade com a natureza dos serviços a serem executados.

- A Contratada deve tornar obrigatório o seu uso.

- Todos os EPI's devem ter Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que deverá ser apresentado formalmente à Fiscalização.

b. Caberá à Contratada o fornecimento de uniforme aos operários e sua reposição, quando danificada.

c. A Contratada deve fornecer todo o ferramental (considerando neste ferramental pequenas máquinas e equipamentos usualmente utilizados) necessário para a execução dos serviços, bem como providenciar a sua conservação e manutenção. As ferramentas devem ser apropriadas ao uso a que se destinam, proibindo-se o emprego das defeituosas ou improvisadas.

1.74. Jornada de Trabalho:

a. Na elaboração do prazo de execução dos serviços, bem como sua estimativa de preço, considerou-se jornada de trabalho normal, de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme estabelece a Constituição Federal, a ser cumprida de 2ª a 6ª feira, mediante a compensação das 4 horas normais de trabalho do sábado, distribuindo 1 (uma) hora por dia, a saber:

- 4 (quatro) dias com 8 (oito) horas normais e 1 (uma) hora de compensação totalizando 09 (nove) horas normais de trabalho;

- 1 (um) dia com 08 (oito) horas normais de trabalho.

- Ficará a critério da Contratada a fixação dos dias da semana de 9 (nove) horas e 8 (oito) horas, recomendando-se, no entanto, o seguinte horário:

- de segunda-feira a quinta-feira - 09 (nove) horas;



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:

Data:

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

- sexta-feira - 08 (oito) horas.

1.75. Alimentação e Vale Transporte:

a. Caberá a Contratada o fornecimento de alimentação diária ao operário, especificar a alimentação considerada de acordo com a convenção coletiva, bem como deve providenciar o fornecimento de vale-transporte para custeio do transporte diário dos operários, na forma da lei.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1. Quaisquer danos ou prejuízos, que ocorram nos locais e/ou instalações cedidas pela UFRJ, serão de inteira responsabilidade da Contratada.

2.2. Deverá ser recomposto qualquer material que porventura tenha sido danificado durante a execução dos serviços, tais como: revestimentos, pinturas, instalações diversas, esquadrias, etc. O resultado final deverá ser uma uniformidade no aspecto visual e físico.

2.3. Escoras, apoios, tapumes, andaimes de anteparo e colocação de telas apropriadas deverão ser previstos e possuir projetos quando necessários à segurança. Estes serviços deverão ser feitos dentro da mais perfeita técnica e medidas de proteção, tomados os devidos cuidados de forma a não causar danos ao meio-ambiente, ao patrimônio da UFRJ e aos transeuntes.

2.4. Sinalização de aviso em placas de advertência removíveis: O local da obra e seus arredores deverão estar devidamente sinalizados com a utilização de placas de sinalização removíveis, com sua manutenção durante todo o período de execução da obra ou serviços. A CONTRATADA deverá prever para os acessos de serviços, boas condições de tráfego e segurança satisfatória com sinalização adequada interna e externa, de fácil interpretação pelos usuários. A CONTRATADA é responsável pela manutenção e conservação desta sinalização durante a execução da obra.

2.5. Canteiro de Obra

- A Contratada é responsável pela instalação e manutenção das instalações físicas destinadas a uso como Canteiro de Obras, atendendo às normas aplicáveis, sendo responsável também pela sua completa desmontagem e retirada ao fim da execução dos serviços. A

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

localização e disposição do canteiro deverá ser previamente aprovada pela Fiscalização da Contratante.

- A Contratada deverá manter as instalações do canteiro de serviço e obra organizadas, limpas e em bom estado de higiene, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
- A contratada será responsável pela preservação, bem como pelas despesas de consumo até o seu recebimento definitivo, das instalações provisórias existentes no canteiro, incluindo a execução de reparos e adequações que se façam necessárias durante a vigência do contrato.

2.6. Placa de Identificação de Obra

- Em local indicado pela Fiscalização será colocada uma placa alusiva ao objeto do contrato. O ETU fornecerá o modelo de sua placa. A placa será em chapa de aço galvanizada nº 22, pintada e estruturada com peças de madeira 3"x3" fixadas ao chão, através de uma base em concreto e terão as dimensões de 3,00 x 1,50m. Uma vez instalada a placa, caberá a Contratada zelar por sua integridade, realizando manutenção preventiva e corretiva caso seja necessário. É facultado a Fiscalização qualquer exigência de conservação, manutenção ou eventuais remanejamentos que se fizerem necessários

2.7. Galpão de Canteiro de Obras

- A Contratada deverá providenciar galpão de canteiro de obras, para oficina e/ou depósito, inclusive o madeiramento, a cobertura de telha ondulada de fibrocimento, sem amianto, de 6mm de espessura, preparo do terreno e piso cimentado. A execução dessa construção provisória deverá ocorrer após a demolição de parte do barracão existente que se encontra em mau estado de conservação, ou seja, se trata de uma substituição do existente.

2.8. Reforma de Barracão

- A Contratada deverá providenciar a reforma/manutenção corretiva de parte do barracão (construção provisória em chapa de madeira) existente de acordo com a indicação da Contratante.

2.9. Aluguel de Container

- A Contratada deverá providenciar o aluguel de containers administrativos e sanitários, para apoio de serviços de manutenção e benfeitorias. Serão alocados no entorno do prédio, 1

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

(um) container para escritório medindo 2,40x 6,00x 2,55 m (L x C x A), composto de chapas de aço nervuradas trapezoidais, com isolamento termoacústico no forro, chassi reforçado e piso em compensado naval. Contém caixa séptica para armazenamento de dejetos. O interior do container conta com um banheiro, com vaso sanitário, pia, chuveiro. O espaço que pode ser utilizado na função de escritório contém pelo menos 1 porta de abrir para acesso externo, no mínimo 1 janela para circulação de ar, instalação elétrica com quadro, ponto de iluminação, interruptor e abertura para ar condicionado (não está incluso o aparelho) e tomadas elétricas; 1 (um) container tipo sanitário/vestiário medindo 2,30x 6,00x 2,50 m (L x C x A), composto de chapas de aço nervuradas trapezoidais, com isolamento termoacústico no forro, chassi reforçado e piso em compensado naval, incluindo caixa séptica para armazenamento de dejetos, composto por 7 bacias sanitárias, 2 mictórios, 2 lavatório e 4 chuveiros, instalação hidráulica e elétrica dos chuveiros e pontos de luz. Contém pelo menos 1 porta de abrir para acesso externo, no mínimo 1 janela para circulação.

2.10. Carga e Descarga de Container

- A Contratada deverá prever os custos com frete de ida e volta e relocação dos contêineres, bem como carga e descarga dos mesmos no canteiro de obras. Deverá ser substituído o container que será indicado pela Contratante.

2.11. Transporte de Container

- A Contratada deverá prever os custos com frete de ida e volta e relocação dos contêineres, bem como carga e descarga dos mesmos no canteiro de obras.

2.12. Instalação e Ligação Provisória de Água e esgoto

- Caberá à Contratada a responsabilidade pelas instalações e ligações provisórias de água e esgoto que se fizerem necessárias para o funcionamento do canteiro de obra, a partir dos pontos disponibilizados pela Fiscalização da UFRJ, bem como pela sua manutenção.
- A contratada será responsável pela preservação, bem como pelas despesas de consumo até o seu recebimento definitivo, das instalações provisórias existentes no canteiro, incluindo a execução de reparos e adequações que se façam necessárias durante a vigência do contrato.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87**2.13. Instalação e Ligação Provisória de Energia Elétrica**

- Caberá à Contratada a responsabilidade pela execução das instalações provisórias de energia elétrica para alimentação do canteiro, bem como a sua manutenção.
- A contratada será responsável pela preservação, bem como pelas despesas de consumo até o seu recebimento definitivo, das instalações provisórias existentes no canteiro, incluindo a execução de reparos e adequações que se façam necessárias durante a vigência do contrato.

2.14. Extintor de Incêndio – Água

- A Contratada disponibilizará 8 (cinco) extintores de incêndio com carga de água pressurizada de 10 L. A Contratada deverá fornecer, instalar, inspecionar, manter e recarregar os extintores conforme determina a NBR 12962 e demais documentos complementares mencionados na referida norma. Ao final do contrato da obra, o extintor deve ser entregue a UFRJ.

2.15. Extintor de Incêndio – PQS

- A Contratada disponibilizará 4 (cinco) extintores de incêndio tipo PQS de 6kg. A Contratada deverá fornecer, instalar, inspecionar, manter e recarregar os extintores conforme determina a NBR 12962 e demais documentos complementares mencionados na referida norma. Ao final do contrato da obra, o extintor deve ser entregue a UFRJ.

2.16. Extintor de Incêndio – CO2

- A Contratada disponibilizará 4 (cinco) extintores de incêndio tipo PQS de 6kg. A Contratada deverá fornecer, instalar, inspecionar, manter e recarregar os extintores conforme determina a NBR 12962 e demais documentos complementares mencionados na referida norma. Ao final do contrato da obra, o extintor deve ser entregue a UFRJ.

2.17. Tapumes

- A Contratada deverá executar a instalação de tapume temporário, com telhas metálicas e estrutura em madeira, para proteção dos acessos e espaços do canteiro de obras. Os tapumes existentes na obra hoje devem ser desmontados para reaproveitamento das telhas. O novo

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

tapume será executado no perímetro total utilizando as telhas reaproveitadas e complementado com telhas novas para completar o trecho.

- O canteiro deverá ser devidamente cercado por tapumes em telha metálica trapezoidal, executado de modo a permitir o acesso seguro e independente. Deverá ter placas de sinalização de aviso aos usuários e/ou veículos do Campus, conforme normas de segurança do trabalho, alertando sobre áreas de risco e serviços que possam acarretar perigo ou transtorno ao uso ou passagem na área da obra e, incondicionalmente, ao Campus Universitário. Os tapumes uma vez instalados serão de propriedade da UFRJ, cabendo à CONTRATADA a sua conservação e manutenção em quaisquer situações, até o dia da entrega da obra, ficando a cargo da Fiscalização qualquer exigência de melhorias ou eventuais remanejamentos que se fizerem necessários, assim como a indicação de local adequado para armazenamento.

2.18. Limpeza do terreno

- Deverá ser removida vegetação rasteira no terreno e também efetuada a poda, corte e destocamento de árvores e arbustos conforme necessários para liberação das áreas onde os serviços serão executados dentro do canteiro (exemplo: acessos, ao redor das edificações existentes, nos trechos onde o gradil será executado ou a passagem de redes enterradas, etc.)
- Deverá ser realizada a carga, descarga e o transporte de tubos e conexões, eletrocalhas, treliças e perfis metálicos, telhas e painéis de vedação termoacústicos, e quaisquer outros materiais de construção existentes no canteiro de obra.
- Deverá ser realizada a limpeza do contrapiso com vassoura nos dois pavimentos da construção.
- A Contratada deverá prever os custos com frete de ida e volta e relocação dos contêineres, bem como carga e descarga dos mesmos no canteiro de obras, carga/descarga e transporte de andaime tubular do tipo torre, retirada e transporte de entulho em caçamba de aço tipo container, incluindo carga/descarga das caçambas e disposição final de materiais e resíduos da obra em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, sendo comprovada conforme legislação pertinente.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87**2.19. Demolições e Retiradas**

- Deverá ser realizada periódica remoção de todo o entulho e detritos que venham a se acumular no interior das áreas, no decorrer da execução dos serviços.
- Deverá ser realizada a retirada do container de banheiro existente no terreno (que se encontra em mau estado e será substituído por outro locado pela contratada). Deverá ser realizada a demolição/retirada de parte do barracão de madeira/construção provisória que será reconstruído em função do seu estado de conservação atual (item 2.1.2 da planilha orçamentária).
- As demolições são regidas, sob o aspecto de segurança e medicina do trabalho, pela Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no D.O.U. de 06.07.78 (Suplemento). Sob o aspecto técnico, as demolições são reguladas pela norma NB-598/77 - Contratação, execução e supervisão de demolições (NBR5682). Da NR-18 cumpre destacar, textualmente: Caso haja remoção dos materiais por gravidade, a mesma deverá ser feita em calhas fechadas, de madeira ou metal; os materiais a serem demolidos ou removidos deverão ser previamente umedecidos, para reduzir a formação de poeira. Nas demolições e remoções a serem executadas, deverão ser observados os seguintes cuidados/ procedimentos: Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá proceder a um detalhado exame e levantamento das situações e condições da edificação.
- Deverão ser considerados aspectos importantes, tais como: a natureza da estrutura, o sistema construtivo, os métodos utilizados na construção, o estado de conservação e de estabilidade, o risco de desabamentos, a necessidade de escoramentos ou travamentos e a proteção ou retirada de elementos artísticos ou decorativos.
- Deverão ser consideradas as redes, tubulações e equipamentos de serviços públicos e respectivas normas e determinações dos órgãos e concessionárias de serviços públicos competentes. A CONTRATADA deverá elaborar e fornecer antes do início dos serviços, para apreciação e aprovação da FISCALIZAÇÃO, plano detalhado descrevendo as diversas fases das remoções e demolições previstas no projeto e especificações complementares que considerarem necessárias. Este plano estabelecerá os procedimentos a serem adotados na execução dos serviços e na recuperação, limpeza, armazenamento, transporte e guarda dos



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:

Data:

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

materiais ou bens reutilizáveis ou que apresentem interesses histórico, científico ou econômico (se houver).

- Estes serviços, de modo geral, deverão ser iniciados após os devidos escoramentos e preparo de cada local, pelas partes superiores da edificação, com o emprego de equipamentos e ferramentas adequados. A retirada de entulhos poderá ser feita por calhas ou equipamentos mecânicos, observadas as normas e posturas atinentes, em especial as de proteção do meio ambiente e de segurança. Caso existam no local, os materiais, instalações, peças e outros bens, incluindo os artísticos ou decorativos, após suas remoções, deverão ser transportados até os locais seguros de guarda. Estes materiais receberão os tratamentos indicados no projeto e especificações, para seus futuros usos ou, quando couber, reutilizações. As demolições necessárias devem ser feitas de acordo com as recomendações técnicas existentes, considerando-se as medidas de segurança e tomando-se os devidos cuidados de forma a evitar danos a terceiros.

- Todas as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, bem como as ligações de esgoto e águas pluviais deverão ser desligadas antes do início das demolições. O desligamento das redes deverá ser previamente agendado com a Fiscalização e outras unidades envolvidas. Durante o trabalho de demolições, deve ser acompanhado o comportamento das estruturas adjacentes, quanto à sua integridade e estabilidade. Os materiais da construção em demolição devem ser constantemente umedecidos e não podem ser abandonados, mesmo por encerramento de horário de trabalho, em posição que torne viável seu desabamento, provocado por ações eventuais.

- Todo material resultante das demolições deverá ser triado antes de ter sua destinação definida para se definir, junto com a FISCALIZAÇÃO, o que poderá ser reaproveitado na reconstituição de outros elementos semelhantes. Todos os entulhos, móveis, utensílios e equipamentos, que não serão aproveitados e que já se encontrarem instalados ou acondicionados deverão ser retirados pela CONTRATADA e sua destinação deverá ser consultada junto à FISCALIZAÇÃO. Todo o restante do material decorrente das demolições que não tiver reaproveitamento previsto pela FISCALIZAÇÃO, deve ser retirado da área da obra sob responsabilidade da CONTRATADA. Após a conclusão dos serviços de demolição, os locais indicados devem estar totalmente limpos, não podendo conter qualquer tipo de entulho, amontoado de material, mesmo que não sejam provenientes dos serviços de demolições. Todos

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

os entulhos produzidos deverão ser retirados diariamente, observados os horários e a destinação permitida pelas autoridades municipais. Caberá ao CONTRATADO providenciar caso se faça necessária, junto aos órgãos competentes, a licença necessária à realização do serviço (Licença de Demolição), bem como o recolhimento das taxas devidas.

- Os materiais de demolições deverão ser retirados em caminhões ou caçambas obedecidas aos horários, exigências e restrições estabelecidas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e do Campus Universitário. Caberá à contratada o transporte horizontal e vertical de materiais diversos.

2.20. Anotações, Taxas e Emolumentos

- Cabe à Contratada providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART - referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6496/77. É necessário também obter junto aos Órgãos Públicos e Concessionárias pertinentes todas as eventuais licenças necessárias à execução dos serviços, arcando com as respectivas despesas, taxas, emolumentos, etc.

3. ALVENARIA / VEDAÇÃO / DIVISÓRIAS

3.1. Alvenaria em blocos cerâmicos furados, na horizontal, 9x19x29cm e argamassa de assentamento preparada em betoneira.

4. REVESTIMENTOS

4.1. Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas e em fachadas;

4.2. Argamassa de cimento, cal e areia média, traço 1:2:8, para aplicação como emboço e/ou argamassa de assentamento.

5. PINTURAS

5.1. Aplicação manual de fundo selador acrílico nas paredes internas e externas;

5.2. Aplicação manual de massa acrílica em paredes externas e aplicação manual de massa látex para paredes internas;



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:

Data:

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

5.3. Aplicação manual de tinta látex e acrílica nas paredes internas e externas.

6. PISO

6.1. Execução de piso de concreto 20mpa;

6.2. Execução de contrapiso aplicado em áreas molhadas;

6.3. Execução de piso ladrilho cerâmico antiderrapante.

7. COBERTURA

7.1. Estrutura Metálica e acessórios de fixação

- A estrutura de sustentação do telhado será executada em perfis de madeira, em forma de tesouras, caibros e ripas, conforme detalhes específicos de projeto.
- Os serviços a serem executados, em conformidade com a boa prática da engenharia, respeitando-se os limites das Normas e Padrões aqui citados.
- As estruturas deverão ser fabricadas em conformidade com as normas vigentes, sendo fabricadas de forma programada, obedecendo às prioridades do cronograma de montagem. As matérias-primas e materiais utilizados serão fornecidos pela CONTRATADA e devem ter sua qualidade comprovada por meio de certificados fornecidos pelo fabricante.
- Devem ser aplicadas camadas de proteção às estruturas e madeira, preparação de superfície e pintura conforme especificado no detalhamento, ficando a cargo da montagem, pequenos retoques no campo.
- Devem ser tomadas precauções no manuseio, transporte, armazenamento e montagem das estruturas de modo a evitar amassamentos, deformações e danos nas pinturas da peça, além de se evitar exposição às intempéries antes da instalação no local de projeto. As avarias deverão ser reparadas ou substituídas, de acordo com as exigências da FISCALIZAÇÃO.
- Os serviços deverão ser realizados seguindo o cronograma de montagem da obra e os serviços de montagem devem obedecer às medidas angulares e lineares dos alinhamentos, prumos e nivelamentos especificados em projeto.
- Quaisquer eventuais alterações somente poderão ocorrer mediante prévia concordância da CEPLAN/ETU.

**UFRJ**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

7.2. Telhamento

- A Contratada deverá executar todo o telhamento das coberturas previstas no projeto executivo.
- Serão utilizadas telhas cerâmicas, tipo francesa conforme o Projeto, seguindo as especificações do fabricante.
- As telhas cerâmicas serão parcialmente retiradas, recolocadas e amarradas, de forma a garantir estabilidade ao telhamento.
- Sob as telhas deverá ser aplicada camada de subcobertura de manta plástica.

8. INSTALAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

- Será instalado sistema que captação de águas pluviais para ser descartado, de forma adequada para a rede pública de águas pluviais.
- O sistema está projetado como separador absoluto, não havendo em nenhum ponto, conflito ou convergência de esgoto sanitário com águas pluviais.
- Tubos e conexões de PVC série "R" (colunas e ramais de Águas Pluviais e curvas das colunas de esgoto): Tubo de PVC rígido, Série "R", para todos os diâmetros - marca Tigre, Amanco ou similar.

9. IMPERMEABILIZAÇÃO/ISOLAMENTO

9.1. Visando impedir a penetração de águas indesejáveis nas partes das edificações e módulos, serão empregados procedimentos e técnicas que perfeitamente compatibilizados com o sistema de impermeabilização cumpram esta função, sejam através de detalhes específicos ou materiais especificados no projeto de arquitetura, de acordo com a NBR 9575 da ABNT.

9.2. A superfície da laje a ser impermeabilizada deverá ser preparada, regularizada e impermeabilizada, incluindo os ralos.

9.3. As partes consideradas como pontos críticos para penetração de águas indesejáveis neste projeto são as seguintes:

- Lajes sem cobertura por telhas.

10. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87**10.1. Equipamentos para obra**

- Caberá a Contratada o dimensionamento e o fornecimento dos andaimes metálicos do tipo torre tubular e do tipo fachadeiro, seus complementos e acessórios, para cada tipo de utilização ou serviço.
- Estão incluídas no custo de locação a carga e a descarga, bem como o serviço de montagem e desmontagem. Serão utilizadas plataformas de madeira sobre suporte devidamente fixadas.
- Estes serviços deverão ser feitos dentro da mais perfeita técnica e medidas de proteção, tomados os devidos cuidados de forma a não causar danos ao meio-ambiente, ao patrimônio da UFRJ e aos transeuntes.

10.2. Limpeza permanente

- É responsabilidade da Contratada a limpeza sistemática e contínua dos locais de execução dos serviços, de suas instalações e de seus equipamentos, durante o processo de execução das obras, e a compra dos materiais de limpeza necessários para a mesma.
- Este item se aplica também a conservação e a limpeza de todo canteiro de obras, incluindo a capina das áreas externas à edificação e a remoção de entulhos.
- Não será permitida a queima de lixo, madeira ou qualquer outro material no interior do Canteiro de Obras.
- Será feita a limpeza e a retirada de entulho e resíduos decorrentes dos serviços executados.

10.3. Limpeza Final

- Deverão ser devidamente removidos do local da realização dos serviços todos os materiais e equipamentos e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios. Deverá ser realizada a remoção de todo o entulho, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos. A limpeza dos elementos deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas. A Contratada será responsável pelos danos por ventura causados durante essa limpeza, sejam eles decorrentes de imperícias, acidentes ou dos materiais de limpeza utilizados. Para assegurar

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

a entrega da edificação em perfeito estado, a Contratada deverá executar todos os arremates que julgar necessários, bem como os determinados pela Fiscalização.

10.4. Desmobilização de Canteiro de Obra

10.4.1. Instalação Provisória de esgoto – Retirada

- Será de responsabilidade da Contratada a desmontagem e remoção da instalação provisória de esgoto. A Fiscalização técnica da UFRJ deverá ser consultada quanto à destinação dos materiais passíveis de reaproveitamento.

10.4.2. Instalação Elétrica Provisória – Retirada

- Será de responsabilidade da Contratada a desmontagem e remoção da instalação elétrica provisória. A Fiscalização técnica da UFRJ deverá ser consultada quanto à destinação dos materiais passíveis de reaproveitamento.

10.4.3. Carga e Descarga/ Transporte de Container

- Será de responsabilidade da Contratada a desmontagem dos containers do canteiro. O Container locado pela Contratada deverá ser devolvido e os outros dois containers preexistentes, que são pertencentes à UFRJ, deverão ser transportados até local indicado pela Fiscalização técnica da UFRJ.

10.4.4. Desmobilização com desmontagem de barracão

- Será de responsabilidade da Contratada a desmobilização com desmontagem de barracão e demais elementos. O local onde o mesmo está montado deverá ser entregue limpo, sem acúmulo de materiais como entulhos ou restos das suas construções provisórias.

10.4.5. Retirada de Tapume

- Será de responsabilidade da Contratada a retira do tapume e de suas estruturas.

10.4.6. Retirada de Placa de Obra

- Será de responsabilidade da Contratada a retira da placa de obra e de suas estruturas.

11. GERENCIAMENTO DE OBRAS / FISCALIZAÇÃO

11.1. Administração Local

- A Contratada deverá apresentar à Fiscalização documentação comprobatória da função exercida por seus funcionários.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

- A Contratada e a Fiscalização executarão previamente, em períodos a combinar, um planejamento da permanência do engenheiro no canteiro, ponderando a evolução da dos serviços, emitindo a documentação necessária para os devidos registros do planejado.

- A Contratada fará em favor de seus operários, um seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, na forma da Convenção Coletiva em vigor, apresentando a documentação comprobatória à Fiscalização.

11.2. Engenheiro Civil Pleno

- A Contratada deverá entregar à Fiscalização documentação legal comprobatória da classificação profissional do Engenheiro Civil Pleno. Deverão ser mantidos no canteiro, à disposição da Fiscalização, documentos que informem o período / turno de permanência do Engenheiro no canteiro, assim como documento que comprove sua real permanência no canteiro no período informado.

11.3. Encarregado geral de obras

a. Caberá à Contratada manter no canteiro, por tempo integral, encarregado de obras e demais profissionais que se façam necessários para atenderem às legislações vigentes. A Contratada deverá entregar à Fiscalização documentação legal comprobatória da classificação profissional do Encarregado Geral de Obras:

- O encarregado geral de obras terá, no mínimo, ensino fundamental e experiência comprovada.

11.4. Almoxarife

- Caberá à Contratada manter no canteiro, por tempo integral, almoxarife e demais profissionais que se façam necessários para atenderem às legislações vigentes. A Contratada deverá entregar à Fiscalização documentação legal comprobatória da classificação profissional do Almoxarife: O Almoxarife terá, no mínimo, ensino fundamental e experiência comprovada.

11.5. Mestre de Obras

a. Caberá à Contratada manter no canteiro, por tempo integral, mestre de obras e demais profissionais que se façam necessários para atenderem às legislações vigentes. A Contratada deverá entregar à Fiscalização documentação legal comprobatória da classificação profissional do Mestre de Obras:

- O mestre de obras terá, no mínimo, ensino fundamental e experiência comprovada.

**UFRJ****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE**Setor:**

CEPLAN / EPPV

Controle:**Data:**

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87**11.6. Técnico de Segurança do Trabalho**

- Caberá à Contratada manter no canteiro, por tempo integral, técnico de segurança do trabalho e demais profissionais que se façam necessários para atenderem às legislações vigentes. A Contratada deverá entregar à Fiscalização documentação legal comprobatória da classificação profissional do Técnico de Segurança do Trabalho.

11.7. Vigia de Obra

- Caberá à Contratada manter no canteiro, vigia de obra para serviço de vigilância após a jornada normal de trabalho, incluindo sábado, domingo e feriados. A Contratada deverá entregar à Fiscalização documentação legal comprobatória da classificação profissional de Vigia: Vigia terá, no mínimo, ensino fundamental e experiência comprovada.

11.8. Relatórios

- A Contratada fornecerá à Fiscalização, relatório final de obras ou serviços de engenharia, incluindo desenhos (tamanho A-1 ou outro necessário para maior clareza) em "Autocad for Windows", registro fotográfico dos serviços com fotos acompanhadas de legendas e indicação da localização, informações contratuais, planilha orçamentária e descrição do escopo dos serviços, realizados, todos com texto em "Word for Windows", conforme recomendações e especificações do órgão contratante. o relatório deverá ser apresentado em três vias (original e cópias) encadernadas e acompanhadas de cópia digitalizada e armazenada em "DVD ROM".



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE

Setor:

CEPLAN / EPPV

Controle:

Data:

NOV/2025

Processo: 23079.215396/2020-87

LOGOTIPO DA LICITANTE
NOME DA LICITANTE
MODALIDADE LICITATÓRIA Nº ____ / ____

TERMO DE VISTORIA
Processo Administrativo nº _____

Referência: *(número da Licitação)*

Data: ____/____/____

Empresa: *(Nome da Licitante)*

A empresa acima identificada **ATESTA** que, por meio de seu representante legal ou empregado/preposto por ele indicado, Sr.(a) _____ *(nome)* _____, _____ *(cargo)* _____,

☐ **OPÇÃO 1: NÃO EFETUOU** vistoria nas dependências da **UFRJ**, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências do edital, nas condições e características verificadas no momento da prestação dos serviços, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto da referida Licitação, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

☐ **OPÇÃO 2: EFETUOU** vistoria nas dependências da **UFRJ** onde os serviços e ou equipamentos serão instalados e ou prestados, recebendo informações sobre cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Declara ainda que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto ao fornecimento, bem como quanto ao modo, condições e locais da prestação dos serviços, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

Representante da Empresa:

_____ *(nome e assinatura)* _____

Nome completo, telefone, e-mail e fax

Representante da **UFRJ**:

(carimbo e assinatura)

DATA: ____ / ____ / ____

ANEXO XI
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)